

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

EXPANSIONISMO BRASILEIRO NA ARGENTINA

THIAGO BASTELLI GRAMASCO

Prof(a).Dr(a). Angelita Matos Souza

Rio Claro (SP)
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

THIAGO BASTELLI GRAMASCO

EXPANSIONISMO BRASILEIRO NA ARGENTINA

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2015

THIAGO BASTELLI GRAMASCO

EXPANSIONISMO BRASILEIRO NA ARGENTINA

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa chegou ao fim! No caminho árduo até a chegada, felizmente, temos a presença de pessoas que, direta ou indiretamente, fazem parte dessa caminhada, marcando-a de forma permanente. Espero não cometer injustiça no agradecimento a essas pessoas.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me fazer criatura nova. Não há palavras que possam descrever o que o Senhor fez (e têm feito) por mim; nas vezes em que desanimei, pensei em desistir e até me perdi pelo caminho, Deus me acolheu com amor e carinho.

À minha família, pelas orações, perseverança e confiança que depositaram em mim. Mãe, obrigado pelo amor incondicional, pelo carinho e por ter, várias vezes, deixado de fazer ou de comprar algo que queria para satisfazer minhas vontades. Sua força de vontade no trabalho é admirável, me conduzindo sempre a perseverança; seus sofrimentos e suas angústias um dia cessarão, seu fardo ficará mais leve e você, de fato, estará definitivamente feliz para toda a eternidade. Desejo, do fundo do meu coração, que um dia possamos juntos, entender tudo o que passamos e vivemos, no céu, adorando aquele cujo nome está acima de todos os nomes: Jesus!

Pai, obrigado pelo amor por mim, pelas noites mal dormidas, pela honestidade, pelo esforço e compreensão que ajudaram na construção do meu caráter. Quem diria 83 anos de idade, e agora que o senhor está mais velho, debilitado e às vezes até esquecido, percebo o quanto realmente somos frágeis e necessitamos de ajuda. Peço a Deus que me de forças e sabedoria para cuidar de você, que sempre cuidou de mim. Amo muito vocês dois! Por palavras não consigo mensurar o tamanho desse amor!

Agradeço, também, a minha esposa. Obrigado Andréia por me tornar melhor, por estar comigo nos momentos felizes e tristes, pelo companheirismo e pelo cuidado com minha vida. Se eu fosse citar todas suas qualidades demandaria diversas páginas, porém, sem dúvida, dentre todas elas, a que mais me admira é sua aparência com Jesus, em seu modo de pensar e de agir. Estarei com você e te amarei toda eternidade (me refiro também no céu)!

A Professora Angelita Matos Souza pela orientação. Você foi uma das pessoas que mais me apoiaram no momento de indecisão, em que não sabia ao certo qual linha de pesquisa seguir. Obrigado pela paciência e vontade, pelas conversas e ensinamentos, pelas risadas (e não foram poucas) e, não menos importante, pela compreensão. Admiro você não somente por ser uma excelente docente e pelo

profissionalismo, te admiro ainda mais pela forma em que busca fazer justiça e, de sua maneira, contribui com as pessoas e com a formação de um mundo melhor. O meu léxico não é capaz de abranger tudo o que penso de você. O meu muito obrigado!

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) pela oportunidade e pela concretização de um sonho, nunca me imaginei cursando uma faculdade, muito menos a UNESP! E, aos meus amigos da faculdade, principalmente aos grandes companheiros Wesley e Emmanuel. OBRIGADO!

A todos (as), muito obrigado!

RESUMO

O objetivo do trabalho será analisar as relações entre Brasil e Argentina durante os governos do PT. Durante os governos Lula a temática do desenvolvimento esteve bastante associada à da integração regional sul-americana. E o processo de internacionalização da economia brasileira cresceu apoiado em financiamentos públicos brasileiros, do BNDES em especial. Assistiu-se ao avanço de aquisições, fusões, associações no exterior por grandes empresas como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Votorantin, Gerdau, JBS/Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale entre outras; além das obras de infraestrutura envolvendo as construtoras brasileiras. No setor de recursos primários a demanda asiática contribuiu para estimular esse processo expansionista, tendo em vista a alta nos preços internacionais das commodities e as perspectivas de lucros por meio do controle de recursos naturais na região. Por sua vez, a prestação de serviços no setor de construção/engenharia pelas grandes empreiteiras foi estimulada pelos empréstimos públicos, num contexto de demanda dos países vizinhos e disponibilidade de recursos junto ao BNDES. Mas os investimentos não se restringem ao setor das commodities e serviços de grande engenharia, sobretudo no caso da Argentina, onde os investimentos brasileiros são bastante diversificados. Entretanto, como esse processo expansionista tem sido economicamente/comercialmente bem mais favorável ao Brasil, segundo governantes e analistas diversos, vem produzindo descontentamentos e acusações de imperialismo (ou subimperialismo) ao país. Não obstante, o estreitamento das relações econômico-comerciais pode contribuir para com avanços da integração da infraestrutura e no campo político-institucional. O foco é o estudo do expansionismo de empresas brasileiras sobre a América do Sul, com ênfase sobre o caso argentino, país que mais recebeu investimentos diretos brasileiros durante os governos Lula. O estudo investiga as empresas brasileiras mais internacionalizadas, seus investimentos na América do Sul, os principais investimentos na Argentina, as ligações desses investimentos com projetos de integração regional (IIRSA), os financiamentos do BNDES e acusações de imperialismo ao Brasil. Destacaremos os principais investimentos na Argentina e os conflitos políticos e econômicos envolvidos, de forma a fornecer um panorama do estudo de caso priorizado.

Palavras-chave: Expansionismo, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

The objective will be to analyze the relationship between Brazil and Argentina during the governments of the PT. During the Lula government the issue of development was heavily associated with the South American regional integration. And the process of internationalization of the Brazilian economy grew supported by Brazilian public funding, especially from BNDES. Saw the advancement of acquisitions, mergers, associations abroad by large companies such as Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Votorantim, Gerda, JBS / Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale and others; in addition to infrastructure projects involving the Brazilian construction companies. In the sector of primary resources, the Asian demand helped stimulate this expansionist process in view of the rise in international commodity prices and earnings prospects through the control of natural resources in the region. In turn, the provision of services in construction / engineering for large contractors was stimulated by public loans, in a context of demand from neighboring countries and availability of funds from the BNDES. But investments are not restricted to the sector of commodities and great engineering, especially in the case of Argentina, where Brazilian investments are quite diversified. However, as this expansionist process, which can be conducive to regional integration has been economically / commercially more favorable to Brazil, according to government officials and many analysts, has been producing discontent and accusations of imperialism (or sub-imperialism) to the country. Nevertheless, the strengthening of economic and trade relations can contribute to advances in the integration of infrastructure and political and institutional field. The focus is the study of expansionism of Brazilian companies over South America, with emphasis on the case of Argentina, the country that received Brazilian direct investment during the Lula government. The study investigates the most internationalized Brazilian companies, their investments in South America, major investments in Argentina, the links of these investments in regional integration projects (IIRSA), the BNDES financing and accusations of imperialism by Brazil. We highlight the main investments in Argentina and political conflicts and economic players, in order to provide an overview of the study prioritized case. **Keywords:** Expansionism, Brazil, Argentina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O Objetivo da Pesquisa.....	9
2. As Hipóteses do Trabalho.....	9
EXPANSIONISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL.....	11
1. Venezuela.....	16
2. Paraguai.....	17
3. Uruguai.....	19
4. Peru.....	21
5. Bolívia.....	22
6. Colômbia.....	25
7. Chile.....	26
8. Equador.....	27
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, BNDES E SUBIMPERIALISMO.....	28
1. Política Externa Brasileira: Governos Lula.....	30
2. A Atuação Internacional do BNDES.....	32
3. Subimperialismo Brasileiro.....	36
EXPANSIONISMO BRASILEIRO: O CASO ARGENTINO.....	40
1. Vale S.A. e a Exploração de Potássio em Mendoza.....	42
2. Petrobrás e a aquisição da Perez Compac.....	47
3. Camargo Corrêa e a aquisição da Loma Negra.....	49
4. Votorantim e a aquisição da Cimentos Avellaneda.....	51
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento nos governos do PT, sobretudo nos governos Lula, esteve intimamente associada à da integração regional sul-americana. Assistiu-se neste período (2003-2010) ao avanço de aquisições no exterior por grandes empresas como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Votorantin, Gerdau, JBS/Friboi, Marfrig, Petrobras, Vale entre outras; tal processo expansionista, financiado especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), propiciou avanços no processo de internacionalização da economia brasileira.

O estudo de caso Brasil e Argentina interessa (e muito) do ponto de vista geopolítico. O país vizinho é no Cone-Sul o que mais recebeu investimentos brasileiros nos últimos anos sendo o principal parceiro comercial do Brasil na região, o país onde a presença brasileira está mais diversificada, como mais de 250 empresas atuando em áreas desde recursos minerais/energéticos e obras de infraestrutura, até alimentos, autopeças e produtos de beleza, com destaque às empresas mencionadas acima.

Além disso, acreditamos ser o caso no qual as duas lógicas apontadas por Harvey (2004) em seu livro *O Novo imperialismo* são passíveis de elucidação, a do Estado – ou “a política do Estado e do Império” – e da lógica da acumulação privada – dos “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”, devido as diversas aquisições ocorridas e principalmente o particular caso da Vale em Mendoza, pois do ponto de vista geopolítico a integração e maior articulação com o vizinho interessa muito, mas segundo a lógica da acumulação privada (mesmo que se tratando de empresas estatais como Petrobras ou com forte presença estatal como a Vale) é difícil ao Estado brasileiro impor concessões que possam ajudar a Argentina no enfrentamento de suas dificuldades econômicas, estimulando a cooperação e solidariedade entre os dois países.

A lógica da acumulação capitalista tende a impor demandas contraditórias às pretensões geopolíticas do Brasil de se consolidar como hegemonia regional, assentada no consentimento das demais nações. Da perspectiva geopolítica, articulada à promoção do desenvolvimento por meio da integração física e político-institucional, a complementaridade e cooperação precisaria se impor nas relações com países vizinhos. Os governos Lula, do ponto de vista das relações internacionais, tentaram se equilibrar entre o objetivo de estimular o expansionismo de empresas *campeãs nacionais* e o da

integração regional como forma de promoção do desenvolvimento/cooperação, com clara vantagem para o primeiro objetivo.

De todo modo, o processo expansionista brasileiro no Cone-Sul não se restringiu à ordem do discurso, pois até para se ter alguma eficácia no plano econômico, algo efetivo dos discursos precisa, necessariamente, ocorrer. Partimos do pressuposto de que o expansionismo de empresas nacionais é uma dimensão interessante para se analisar programas de integração regional, pois ao mesmo tempo em que pode impor dificuldades aos projetos políticos de integração regional pode estimulá-los na prática.

Já no setor de recursos primários, a demanda asiática contribuiu para impulsionar o setor, tendo em vista a alta nos preços internacionais das *commodities* e as perspectivas de lucros por meio do controle de recursos naturais na região. Mas os investimentos não se restringem ao setor das *commodities*, sobretudo no caso da Argentina, onde os investimentos brasileiros são bastante diversificados.

Enfim, a importância da América do Sul para as estratégias de crescimento econômico do Brasil, principalmente no que diz respeito ao expansionismo de suas empresas, cresceu nos últimos anos devido suas vantagens de localização (proximidade física) e à disponibilidade de recursos naturais em abundância.

Discorreremos, portanto, sobre o expansionismo de empresas brasileiras pela América do Sul durante os governos Lula, com ênfase sobre o caso da Argentina, isto é, as principais aquisições de empresas brasileiras neste país e, especialmente, o caso da Vale S.A. e a exploração de potássio em Mendoza, traçando um mapa dos investimentos diretos brasileiros na América do Sul, por localidade e ramo de atuação; expondo análises acerca da reprimarização da economia brasileira, refletindo principalmente sobre a concentração nas atividades voltadas às exportações de produtos primários e na prestação de serviços no setor da construção civil. Apontaremos, também, o debate sobre o denominado subimperialismo brasileiro conjuntamente com as críticas ao BNDES e sua política de incentivo à formação/expansão de multinacionais brasileiras.

Sobretudo defenderemos que o Brasil deve orientar seu expansionismo a partir da internacionalização de suas empresas privadas para países vizinhos, apoiando-se no estímulo de políticas diplomáticas que disseminem a solidariedade e a complementaridade, colocando ênfase na integração/cooperação.

1. O OBJETO DA PESQUISA

A atuação internacional do Estado brasileiro teve grande destaque durante os governos do PT, sobretudo na presidência do ex-presidente Lula. As interpretações são muito distintas, para alguns, o Estado brasileiro tornou-se imperialista ou subimperialista (FONTES, 2010; LUCE, 2007), para outros, a política externa a partir de 2003 representou um excessivo gasto econômico, que deveria estar sendo investido internamente. Há quem ainda diga que o Brasil se tornou uma potência, em ascensão mundial (ZIBECHI, 2012). Ou que a diplomacia brasileira cometeu grandes equívocos e prejudicou os interesses nacionais. Essas comparações e a pluralidade de interpretações sobre a “nova” plataforma política assumida, principalmente, pelos governos Lula, com foco nas relações entre Brasil-Argentina (principal país que recebeu investimentos brasileiros) justificam o interesse no objeto de pesquisa deste trabalho.

O objeto de estudo interessa na medida em que é central às discussões de Geopolítica brasileira neste início de século, em que o país apostou numa inserção internacional mais destacada, buscando se afirmar como liderança regional. A metodologia de pesquisa consistirá no levantamento de dados em rankings de internacionalização da FDC e outras fontes, como as do jornal *Valor Econômico* e em sites de órgãos governamentais; a leitura de artigos acadêmicos a respeito do processo de expansionismo de empresas brasileiras também será fundamental, orientando a análise qualitativa dos dados levantados.

2. AS HIPÓTESES DE TRABALHO

Como se caracterizou a política externa brasileira nos governos Lula? Seria o caso da Argentina, com foco sobre o episódio da Vale em Mendoza (e as demais aquisições ocorridas no país vizinho) o que melhor elucida as duas lógicas de David Harvey (2004)? O Brasil seria realmente um país imperialista e/ou subimperialista? É viável ao governo brasileiro dar continuidade a essa política externa cujo foco é a internacionalização de suas empresas privadas (e estatais)? O Brasil conseguirá disseminar um expansionismo centrado na cooperação/integração e, por conseguinte, extinguir a ideia unitária de exploração? É interessante economicamente para o Brasil tal empreitada? Essas são as perguntas que orientaram a realização desse estudo.

Como já indicado, os governos Lula, do ponto de vista das relações internacionais, tentaram se equilibrar entre o objetivo de estimular o expansionismo de

empresas *campeãs nacionais*¹ e o da integração regional, com clara vantagem para o primeiro objetivo. Nossa hipótese central é a de que, embora a integração regional deva ser defendida como caminho para o fortalecimento político-econômico regional, é difícil para o Brasil, o país em melhores condições para tanto, liderar esse processo, seja devido às limitações financeiras ou porque a lógica da acumulação econômica atropela intenções geopolíticas baseadas na integração regional, como gostaríamos de apontar aqui. De todo modo, como escreveu Costa (2007, p. 2):

A América do Sul e o seu processo de integração em curso constituem um formidável laboratório para os analistas da cena internacional contemporânea do Pós-Guerra Fria. Nos últimos anos, sobretudo, a intensificação do processo de integração regional tem desencadeado movimentos de natureza político-estratégica (ou simplesmente geopolíticos) de diversas ordens e direções, em que alguns tendem à convergência, outros à dispersão e, outros ainda, no limite, ao antagonismo (COSTA, 2007, p. 2).

No caso em destaque, o argentino, as dificuldades econômicas acirraram as contradições, aumentando simultaneamente a necessidade de ajuda do Brasil ao país vizinho, entretanto o *estado de desconfiança* quanto aos rumos político-econômicos, sobretudo em relação à exploração da Vale S.A. na província de Mendoza, levou à redução dos investimentos de empresas brasileiras na Argentina, quando da lógica geopolítica (integracionista) interessaria expandir investimentos estreitando relações com o país vizinho.

E as práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo financiamento do BNDES causaram descontentamentos, principalmente na Argentina, por descumprirem algumas normas legislativas dos pré-acordos estabelecidos e, não menos importante, por não gerar benefícios comparados aos ganhos para o Brasil, para além da Argentina, às nações receptoras em geral; como já dito, ações estas denominadas por alguns analistas de imperialistas ou subimperialistas.

Não obstante, a política do Estado brasileiro, que não é antagônica ao movimento de acumulação privada que preside o expansionismo das empresas brasileiras, pelo contrário apoia esse movimento, mesmo gerando toda situação de desconforto, aparenta-nos poder contribuir para com projetos de integração produtivos para a região por meio do estreitamento das relações econômico-comerciais, parcerias e associações estimulantes à diplomacia da integração.

¹ São empresas brasileiras que, por receberem aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos fundos de pensão (Previ, Petros, etc), possuem capacidade aquisitiva de concorrentes em seus respectivos ramos de atuação, tornando-se, portanto, líderes globais (BERRINGER, 2014).

Assim, apesar da política de integração regional dos governos Lula estar articulada à política de incentivo ao expansionismo das empresas *campeãs nacionais*, esse movimento que de imediato produziu certa reprovação por parte das nações receptoras, não deixou de contribuir para com a integração e investimentos produtivos na região, o que não deixa de ser positivo.

A seguir abordamos o expansionismo brasileiro pela América do Sul de forma específica para, depois, abordar o caso argentino apontando como a perspectiva de Harvey (2004) pode ser produtiva à análise, principalmente no diz respeito aos conflitos ocorridos em Mendoza, que desenvolvemos em nosso estudo.

EXPANSIONISMO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

Desde o início da década de 1980 nota-se um impulso nos projetos de integração da América Latina. Especialmente a partir dos anos 1990 passa-se a falar especificamente em América do Sul, que passa a ser o foco para política externa brasileira, a proximidade, a disponibilidade de recursos e o entendimento de que a união fortaleceria a região vão despertar no Brasil o interesse diplomático e econômico-comercial pelo estreitamento das relações notadamente com o Cone Sul. Se analisarmos a distribuição geográfica das filiais das empresas brasileiras que se tornaram transnacionais nota-se que, em 2010, 30,9% das transnacionais brasileiras atuavam na América do Sul (como são mercados menores, em termos relativos esses 30,9% significam bem mais por país), como mostra o gráfico abaixo (ver figura 1):

Distribuição geográfica das transnacionais brasileiras

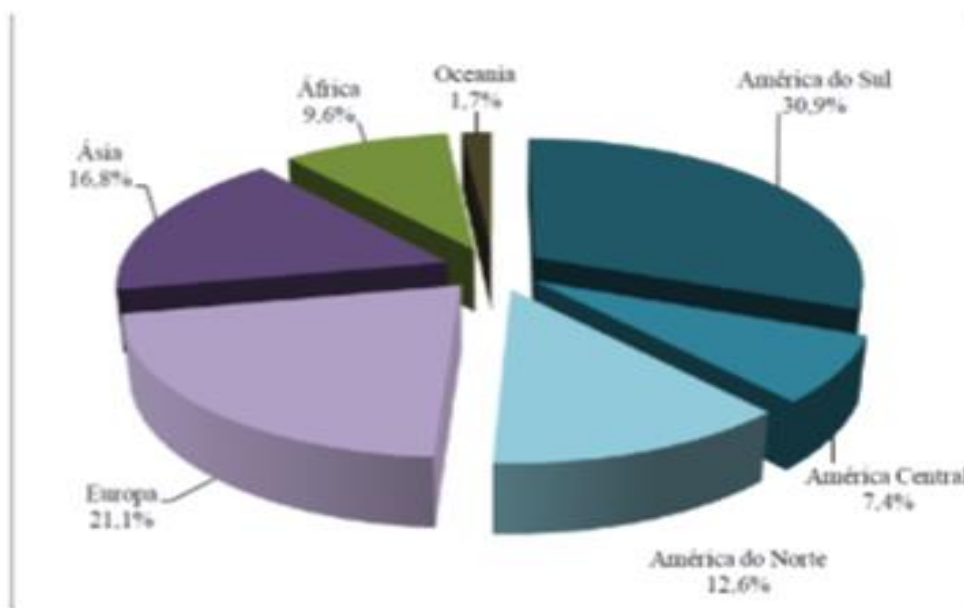


Figura1 – “Distribuição Geográfica das campeãs nacionais”. Fonte: www.fdc.org.br/

Claro que aspirações integracionistas são anteriores às últimas décadas. Já na segunda metade do século XX é possível observar tentativas de fomento à integração regional na agenda externa brasileira. Na década de 60 o governo brasileiro, influenciado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)² e seu discurso sobre a necessidade de tornar menos desigual a relação econômica centro-periferia defenderá a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e a integração latino-americana, com o intuito de superar o status de periferia dependente, além de alçar-se no sistema-mundo, elevar seu nível de industrialização e diminuir sua vulnerabilidade mediante a economia externa (ARAÚJO, 2011).

A partir de 1990 intensificaram-se os investimentos de empresas privadas brasileiras no continente sul-americano e, a partir do primeiro governo Lula, são retomadas iniciativas como de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais; a integração física entre os países por meio da construção e aprimoramento da infraestrutura no espaço sul-americano, sem falar nas expressivas aquisições por parte

² A *Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)* foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social (Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/about> - acesso em: 25/09/2015).

de empresas brasileiras; interesses privados e a inserção competitiva da região ao mercado mundial, sob a liderança do Brasil.

Sposito & Santos (2012) identificaram 85 casos de inserção internacional de empresas brasileiras nos anos 1990, dos quais 46 ocorreram na América do Sul, sendo 18 na Argentina (SPOSITO & SANTOS, 2012). Posteriormente, dados divulgados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) demonstraram que, em 2010, o estoque mundial de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) atingiu US\$ 23,6 trilhões, dos quais 79,1% corresponderam aos países desenvolvidos e o restante, 20,9%, aos países periféricos.

Sendo assim, consolidaram-se as relações com os países vizinhos na América do Sul como prioritárias, principalmente nos governos Lula (2003-2010) sob nova “onda” desenvolvimentista. Essas mudanças tiveram três motivações com clara supremacia a ideia de território estratégico identificado à América do Sul, como aponta Araujo (2011, p. 4):

1 – a adesão do México ao Tratado norte-americano de livre-comércio (NAFTA) em 1994, tendo como impacto um alinhamento aos EUA e às diretrizes de sua política externa; 2 – a visão da América do Sul como uma área estratégica para os interesses nacionais brasileiros e para a sua afirmação enquanto potência emergente, 3 – o debate teórico, que questiona a semântica histórica do conceito de América Latina e a validade de sua utilização nas Ciências Humanas (ARAUJO, 2011, p. 4 grifo nosso).

Assistimos à ascensão na América do Sul do “regionalismo aberto”, definido como uma estratégia que priorizou os processos de interdependência econômica (em nível regional) e liberalização, fundamentando-se na elevação da competitividade das nações, no apoio a uma economia internacional mais transparente, inibindo barreiras protecionistas. Segundo Sposito & Santos (2012) o expansionismo brasileiro, sobretudo nos governos Lula, diferenciou-se dos ciclos desenvolvimentistas anteriores, nos quais predominou a inserção externa por meio de *joint ventures*; as empresas brasileiras passaram a lançar mãos de estratégias corporativas mais arriscadas e demandantes de maior dispêndio de capitais (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Baseado em tais princípios, mas também com um discurso político-diplomático mais afinado com a ótica da soberania regional, Luiz Inácio Lula da Silva agiu para incrementar a presença brasileira na América do Sul. Além das tentativas de fortalecimento do MERCOSUL (consolidadas na gestão de Lula), assistimos nesse período de 8 anos a uma série de cúpulas presidenciais lideradas pelo Brasil; acordos de cooperação energética, científica e tecnológica; promoção de projetos de infraestrutura

(destacadamente transportes e comunicações); criação de órgãos, instituições e pactos (ALCSA13, Unasul14, Conselho sul-americano de defesa e Banco do Sul) que afirmaram a liderança do Brasil na região e a dinamização da integração sul-americana (ARAUJO, 2011).

Por sua vez, na tabela abaixo pode ser verificado, claramente, o aumento do Investimento Brasileiro Direto Externo (IBDE) ao longo dos anos 2001 – 2009 (aqui nos interessa os anos de 2003 à 2009, pois abrange os governos Lula); a Argentina é o principal país receptor de tais recursos na região (ver figura 2):

Investimento Direto Maior ou Igual a 10% em US\$ bilhões									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total (inclui paraíso fiscal)	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	111.339	113.755	132.413
Argentina	1.625	1.503	1.549	1.722	2.068	2.136	2.360	3.376	4.251
Bolívia	36	53	52	47	53	55	53	48	-
Chile	158	168	203	186	234	1.799	509	387	459
Colômbia	130	26	42	42	30	47	178	298	561
Equador	71	96	45	101	4	42	39	21	-
Peru	40	47	52	267	299	235	584	244	704
Paraguai	40	29	59	86	83	149	117	153	170
Uruguai	3.121	1.547	2.810	1.657	1.748	1.743	1.878	2.443	2.531
Venezuela	27	19	13	51	135	104	218	282	801
Total dos países selecionados	5.248	3.488	4.825	4.159	4.654	6.310	5.936	7.253	9.477

Figura 2 – “Investimento Brasileiro Direto Externo”. Fonte: Alves, 2011

O perfil da política externa de Lula, que possui como vetor guia o desenvolvimento transnacional, demonstra uma mudança de orientação. Seus paradigmas visando a promoção do desenvolvimento econômico interno se uniram aos pequenos ajustes realizados na política externa objetivando a integração regional sob a liderança brasileira. O governo Lula asseverou, igualmente, as políticas e discursos em torno do cooperativismo e das práticas solidárias possíveis entre os países vizinhos, acentuando, por conseguinte, a promoção da aliança sul-sul (ARAUJO, 2011). Sobre os ajustes na política externa promovidas por Lula, Vigevani & Cepaluni (2007, p. 291) destacam:

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: 1ª contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; 2ª fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; 3ª adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.; e 4ª evitar acordos que possam

comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 291).

Sendo assim, é condizente afirmar que Lula da Silva, em conjunto com os demais mandatários sul-americanos, alterou os rumos da integração regional, buscando promover uniões produtivas, física, energética, financeira, militar e político-institucional; a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), a criação do Banco do Sul, o surgimento da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e a conformação do Conselho de Defesa sul-americano expressaram tais elementos. O entusiasmo dos governos Lula com a união regional elevou a aplicabilidade destes elementos, considerados por dirigentes brasileiros como ponto de partida para a presença sul-americana no mundo, demonstrando, segundo Araujo (2011, p. 11) três grandes fatores:

1 – a expansão dos mercados consumidores e das possibilidades de investimentos para as grandes empresas brasileiras da construção civil, indústrias de bebidas, têxtil, Bancos, Petrobrás, Vale e EMBRAER; 2 – a aspiração de liderança global do Brasil, que deveria ter como passo inicial a consolidação de sua proeminência na América do Sul e 3 – o interesse internacional pela América do Sul, em virtude das reservas energéticas (petróleo, hidrelétricas, gás e carvão) e produção de alimentos (ARAUJO, 2001, p. 11).

Para os interesses econômicos brasileiros a integração regional com os vizinhos possibilitaria a busca de mercados consumidores e o impulso à liderança do país na nova ordem mundial, resultante da internacionalização de suas empresas.

Considerando os rankings divulgados pela Fundação Dom Cabral (FDC) as multinacionais brasileiras mais internacionalizadas com atuação na América do Sul (durante os governos Lula) são: Odebrecht, fundada por Norberto Odebrecht em 1944, presta serviços de engenharia e construção para os setores de transporte, logística, saneamento, energia e mineração, atuando fortemente na construção civil. A Camargo Corrêa, *holding* fundada em 1939, também da área de engenharia e construção, com expressivo desempenho no setor de cimento. Andrade Gutierrez, multinacional fundada em 1948, igualmente presta serviços de engenharia, construção e energia. A Gerdau, fundada em 1946, atua no ramo siderúrgico e tem investimentos em diversos países, não se restringindo somente à América do Sul. A Vale S.A. foi fundada em 1942 no governo Getúlio Vargas e seria privatizada nos anos 1990, atualmente é considerada terceira maior mineradora do mundo, a maior produtora de minério de ferro e a segunda maior de níquel. A JBS-Friboi, cuja origem data dos anos 1950, tornada uma grande

empresa nos governos Lula, é forte em processamento de carne bovina, suína, ovina e de frango, alcançando status de maior indústria de alimento do mundo. A Marfrig, fundada em 1986, também no ramo de alimentos, cuja plataforma operacional diversificada e flexível é composta por unidades produtivas, comerciais e de distribuição instaladas em 17 países. A Petrobras é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). É, portanto, uma multinacional estatal de economia mista com sede no Rio de Janeiro; opera atualmente em 25 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados ³.

Essas empresas, denominadas de “*campeãs nacionais*”, expandem cada vez mais seus investimentos pelo exterior (BERRINGER, 2014). A seguir abordaremos o expansionismo brasileiro pela América do Sul de forma específica em cada país sul-americano para, posteriormente, abordar o caso argentino; além das diversas aquisições ocorridas no país vizinho, nosso foco é, sobretudo, o episódio ocorrido em Mendoza, onde a empresa Vale explorava potássio, apontando como a perspectiva de Harvey (2004) pode ser produtiva à análise que pretendemos desenvolver.

1. VENEZUELA

A maior afinidade do partido do Presidente Lula no Brasil com o bolivarianismo da Venezuela possibilitou o estreitamento do país com o bloco econômico MERCOSUL que, posteriormente, no governo Dilma, viria a se tornar sócio pleno do mesmo. Em termos de resultados pragmáticos houve, em 2009, a ligação de Caracas/estado de Bolívar (Venezuela) e os estados de Roraima (Boa Vista) e do Amazonas (Manaus/Brasil) por cabos de fibra ótica, resultado do avanço tecnológico. Os cabos saem de Manaus até a capital de Roraima, cruzando cerca de 784 quilômetros. Em seguida, os dados são transportados até Caracas, na Venezuela. Dessa localidade, eles vão para os Estados Unidos e para Fortaleza. E somente da capital cearense é que chegam ao Rio de Janeiro, onde fica a central de operações da operadora de internet Oi. Ou seja, um verdadeiro mapa do tesouro para que os manauaras recebam essa tecnologia (GUIMARÃES & CARDIM, 2003).

³ Ver ranking Fundação Dom Cabral 2011. www.fdc.org.br/ (acesso em: 27/09/2015).

No entanto, a Venezuela não é um país importante para as importações do bloco, muito menos o MERCOSUL representa destino respeitável para suas exportações, ou seja, a Venezuela compra do MERCOSUL, muito mais do que vende. No que diz respeito às relações bilaterais entre os dois países, é relevante mencionar dados do MDIC/SECEX, expostos por Guimarães & Cardim (2003, p. 274):

No caso das relações econômicas bilaterais, os dados do MDIC/SECEX mostram que as exportações brasileiras para a Venezuela representaram algo em torno de 2,5% do total das suas exportações, enquanto as importações brasileiras se situam na média de 0,43%, no período 2006-2014. É que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, o principal produto de exportação da Venezuela, combustíveis, representa 84% de suas exportações totais. No entanto, para o MERCOSUL, o percentual é apenas de aproximadamente 20% (GUIMARÃES & CARDIM, 2003, p.274).

No que diz respeito aos investimentos de empresas brasileiras e o aporte de financiamentos pelo BNDES destacam-se: o empréstimo de US\$ 121 milhões para construção da hidrelétrica La Vuelta, US\$ 108 milhões para a linha 4 do metrô de Caracas, US\$ 78 milhões para a linha 3 do mesmo metrô e US\$ 20 milhões para a FONDAPA (SANTOS)⁴.

No Brasil, esses tipos de investimentos repercutiram negativamente sob justificativas que tais investimentos externos deveriam estar sendo investidos internamente. Em seu site oficial⁵, o senador Álvaro Dias questionou os empréstimos do BNDES a outros países, em especial a Venezuela: “Eu lembro, por exemplo, o financiamento para as linhas 3 e 4 do metrô de Caracas. Um dos últimos empréstimos foi no valor de US\$732 milhões para obras de ampliação do metrô. Como o Brasil receberá de volta esse valor? A Venezuela hoje não tem papel higiênico, não tem comida para o seu povo, como pagará esse empréstimo ao governo brasileiro, ao povo brasileiro?”.

2. PARAGUAI

Estima-se que entre 90 e 95% da produção de soja esteja em mãos de brasileiros, sem falar nas disputas em torno de Itaipu. Com fazendas em 13 dos 17 estados paraguaios, Fávero, conhecido internacionalmente como o rei da soja no Paraguai, é o maior dos produtores “brasiguaios”, responsável por 90% da soja do país. Quando chegou ao país vizinho, convidado por uma dupla de amigos médicos a atravessar a

⁴ Na versão consultada não há indicação do ano de publicação.

⁵ Disponível em: <http://www.alvarodias.com.br/> (acesso em: 27/09/2015).

recém-inaugurada Ponte da Amizade, que liga a cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai, em meados da década de 60, ficou encantado com a imensidão de terras boas para o cultivo. Seu “império” tem 40 mil hectares de terras cultivadas, 40 mil cabeças de gado, 1,5 mil funcionários diretos e 5 mil indiretos. Possui terras em 13 dos 17 estados paraguaios. “Nasci e me criei na terra, não precisava nem fazer análise para saber que naquele mundo verde que vi do outro lado da fronteira cresceria de tudo”, conta o investidor em entrevista ao Jornal *ECONOMIA IG* (23/03/2011).

Comparado ao que é produzido no Brasil pode parecer pouco, no entanto, segundo Tranquilo Favero, 80% do crescimento do Paraguai veio da exportação de grãos e carne. Desse percentual, 90% dos grãos são produzidos pelos “brasiguaios”, como mostra matéria do Jornal *ECONOMIA IG* (23/03/2011):

Os números podem ser pequenos quando comparados ao maior produtor de soja do Brasil, Blairo Maggi, com seus mais de 160 mil hectares de soja. Mas lhe garantem domínio no país vizinho. Para safra paraguaia de 2011, que começa a ser colhida em breve, é esperada a produção de 8 milhões de toneladas. No Brasil, apenas as exportações chegaram a quase 50 milhões de toneladas, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), alta de 5,5% sobre o ano anterior. “Mas precisa lembrar que o Paraguai é o maior produtor de soja per capita do mundo”, faz questão de frisar Favero. Em suas contas, a produção paraguaia é de cerca de 1,3 tonelada por pessoa. No Brasil, é de 0,3 tonelada. Do total paraguaio, Favero espera produzir 120 mil toneladas. Na safra passada, foram 90 mil toneladas (Jornal *ECONOMIA IG* - 23/03/2011 – Acesso em: 27/09/2015).

Já na questão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, existem quatro questões centrais, que são: (1) a restrição estabelecida pelo Tratado a que o Paraguai venda a outros países, além do Brasil, o excedente de energia; (2) o descumprimento sistemático da regra de alternância na gestão da empresa; (3) os preços abaixo do valor de mercado pagos pelo Brasil pela energia excedente que o Paraguai lhe destina; (4) a dívida que o Paraguai contraiu com o Brasil na construção da usina de Itaipu, que cresceu substancialmente graças às altas taxas de juros cobradas (LUCE, 2007).

Segundo site oficial⁶ da própria empresa, a Itaipu Binacional é líder mundial em produção de energia limpa e renovável, tendo produzido mais de 2,2 bilhões de MWh. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece cerca de 17% da energia consumida no Brasil e 75% no Paraguai. Em 2014, Itaipu produziu um total

⁶ Disponível em: www.itaipu.gov.br (acesso em: 29/09/2015).

de 87.795.393 de Megawatts/hora (87,8 milhões de MWh); sua maior produção anual foi estabelecida em 2013, com 98.630.035 de MWh e recorde anterior ocorreu em 2012, com a geração de 98.287.128 de MWh (site oficial).

A insatisfação paraguaia com o Brasil e com o processo de integração regional na América do Sul, que não é recente, vai desde as questões centrais já mencionadas em torno da usina de Itaipu, até a insuficiência de iniciativas para que os sócios “menores” (Paraguai e Uruguai) pudessem estar satisfeitos com os resultados obtidos com o projeto de integração. Nem mesmo a criação do Fundo de Coesão Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que objetivava a busca por iniciativas que reduzissem as assimetrias entre os membros do bloco, foi suficiente para combater esse sentimento nos países de menor expressividade de que não são tratados como deveriam (BLANCO, 2009).

Por isso, no dia 25 de julho de 2009, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, do Paraguai, assinaram em Assunção o acordo “Construindo uma nova etapa na relação bilateral”. Tal documento, que pretendia promover o fortalecimento do relacionamento bilateral entre os dois países, resultou, na verdade, em ganhos relativamente parciais, como colocado por diplomata brasileiro em entrevista ao *Jornal O Globo*, um dia após a assinatura do acordo: “O Paraguai conseguiu o direito de negociar sua energia excedente com outras empresas do mercado brasileiro, contudo terá que custear a distribuição do produto até seus clientes, o que encarecerá o valor de produção de sua energia. Além disso, há a questão da aprovação legislativa do acordo” (*Jornal O Globo*-25/07/2009 – Acesso em: 29/09/2015).

3. URUGUAI

No Uruguai cerca de 42% do volume exportado das agroindústrias (principal atividade econômica do Uruguai), fundamentalmente a pecuária bovina, está em mãos de frigoríficos brasileiros. Existem, pelo menos, quatro frigoríficos uruguaios nas mãos de empresas brasileiras: o Tacuarembó (maior exportador do país), que foi adquirido pelo gigante Marfrig; o Canelones, pelo grupo Berlin; o Pulsa, pelo investidor brasileiro Ernesto Corrêa, tornando-se acionista majoritário, e o Elbio Rodríguez, também comprado pelo Marfrig (LUCE, 2007).

Dentre eles, o Frigorífico Pul foi uma das aquisições realizadas por empresas brasileiras mais altas no mercado, o equivalente a US\$ 65 milhões. Comprado pelo “gigante” Minerva em 2005, um dos maiores processadores de carnes do Brasil, o investimento resulta em significativa ampliação em sua capacidade de abate, cerca de

1,4 mil cabeças de gado por dia. Em discurso enviado à comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca, mais uma vez, seu poderio de expansão: "O Minerva incrementa mais uma vez seus passos de expansão internacional, reafirmando sua estratégia de diversificação geográfica e participação em novos mercados". Ainda segundo o comunicado, estão incluídos no montante total os investimentos em modernização e expansão. Parte dos recursos (US\$ 14 milhões) será paga pela emissão e transferência de 2,704 milhões de novas ações, ao preço unitário de R\$ 8,75.

Portanto, empresas brasileiras do ramo de carne bovina controlam grande parte da principal atividade econômica uruguaia, disseminando, segundo Luce (2007, p. 85) três objetivos na estratégia das multinacionais brasileiras:

[...] (1) ampliar as reservas de carne à sua disposição; (2) contar com uma plataforma de exportação livre de barreiras sanitárias como os EUA, visto que o Uruguai é reconhecido como país livre de febre aftosa; e (3) contar com uma base para usufruir de preferências tarifárias em caso da assinatura de acordo de livre comércio entre Estados Unidos e Uruguai, que estava sendo negociado pelo governo de Tabaré Vázquez. Com relação a este último aspecto, cabe dizer que o flerte do governo Uruguaio com o assédio estadunidense para um tratado de comércio e investimentos não deixa de ser um fato que passou a ser considerada opção em consequência das desvantagens sofridas pelo país no contexto de desequilíbrios existente no interior do MERCOSUL (LUCE, 2007, p. 85).

Podemos também, no rol de aquisições brasileiras no Uruguai, citar as realizadas pela Petrobrás, que adquiriu em 2004, 51% das ações aquisitivas de Gaseba (Gás da França) ao comprar 89 estações de serviços da Shell, dominando 22% do mercado de combustíveis. Em mais uma etapa do seu processo de internacionalização e ampliação das atividades na América do Sul, a Petrobras assinou, em Junho de 2004, o contrato de compra de 51% da Gaseba Uruguay, distribuidora de gás natural canalizado de Montevideu e, não menos importante, sacramentou a compra da rede de postos da Shell, tornando-a quinta maior empresa do Uruguai. O negócio com a Shell envolve ainda a aquisição de postos de combustíveis e outras instalações também na Colômbia e Paraguai, chegando a aproximadamente US\$ 140 milhões (LUCE, 2007).

A Gaseba tinha 40 mil clientes e comprava cerca de 300 mil metros cúbicos de gás por dia, importados da Argentina, já que o país importava 100% do seu consumo de petróleo (cerca de 40 mil barris/dia processados na refinaria La Teja) e também o de gás natural. O negócio já era esperado desde que a Petrobras comprou, por US\$ 3,5 milhões, 55% da Conecta, distribuidora de gás que atende o interior do Uruguai, em dezembro de 2004.

Recentemente em Montevideu (28/02/2015) a presidente Dilma Rousseff, que prossegue investindo na “onda” desenvolvimentista deixada por seu antecessor, inaugurou junto com o presidente uruguaio, José Mujica, um complexo eólico que contou com a participação de empresas dos dois países. Dilma se disse 'emocionada' ao término do mandato de José Mujica, e expressou sua 'certeza' de que as relações bilaterais vão se aprofundar com a chegada ao poder de Vázquez. “Tenho certeza de que as relações do Brasil com o Uruguai vão aprofundar cada vez mais com a chegada do presidente Tabaré”, escreveu Dilma em sua chegada à cidade uruguaia de Tarariras (Colônia) para inaugurar o Parque Eólico de Artilheiros⁷.

O Parque Eólico de Artilheiros é fruto da parceria entre a Eletrobras e a Usinas e Transmissões Elétricas (UTE) do Uruguai. “A partir de nossas relações bilaterais tentamos tornar possível uma maior aproximação e integração entre nossos países”, afirmou Dilma, para quem este projeto faz parte de uma visão de parceria entre Brasil e Uruguai. Mujica, por sua vez, destacou a importância da vontade política na hora de conseguir a *integração regional*, já que, exclamou em seu depoimento: “o triunfo depende de nós mesmos e o fracasso também”.

4. PERU

No Peru, torna-se ainda mais clara a expansão de empresas brasileiras sob os governos Lula, sendo a Petrobras hoje o segundo maior produtor do país; a Vale, a principal exploradora de recursos de fosfato; a Votorantim comprando a maior refinaria, a *Zinc Cajamarquilla* e também a companhia mineira MinCo, que possui cerca de 66% das jazidas desse produto; a Gerdau adquirindo a SiderPeru, uma das maiores siderúrgicas (LUCE, 2007).

A Petrobras, nos governos Lula, tomou a iniciativa de instalar uma empresa subsidiária, que posteriormente ficou conhecida como Petrobras Energia Peru (PEP). Em cerimônia realizada em Lima (06/11/2014), a empresa comentou a venda de 100% das ações de sua subsidiária integral PEP para a China National Petroleum Corporation (CNPC), pelo valor total de US\$ 2,6 bilhões. A venda foi finalizada com a entrada em caixa de US\$ 2,2 bilhões para a Petrobras, já descontados os impostos devidos, e após o cumprimento de todas as condições previstas no contrato assinado. Segundo site oficial⁸

⁷ Para saber mais, acesse: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/dilma-inaugura-com-mujica-parque-eolico-no-uruguai-antes-de-posse-de-vazquez> (acesso em: 29/11/2015).

⁸ Disponível em: <http://www.petrobras.com.br> (Acesso em: 29/09/2015).

fizeram parte da transação os ativos: 100% do Lote X, campo maduro que produziu 13 mil barris de petróleo equivalente por dia em 2013; 46,16% de participação no Lote 57, campo operacional de gás natural e condensado operado pela sócia Repsol; e 100% do Lote 58, bloco exploratório próximo ao Lote 57, com recentes descobertas relevantes de gás natural e condensado.

A aquisição da refinaria de *Zinc Cajamarquilla* pela Votorantim Metais em 2004, investimento também mencionado acima, “[...] dotou-lhe de uma instalação que goza de um dos menores custos de produção do mundo e de uma localização estratégica, a 25 km de distância da capital de Lima” (LUCE, 2007, p. 86). A principal finalidade destes investimentos é fornecer matéria-prima para atividades industriais no Brasil.

Outro exemplo são as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, envolvidas em obras de infraestrutura, responsáveis por cerca de 50% da construção da rodovia Interoceânica (ou estrada do Pacífico) obtendo 25 anos de concessão à administração da estrada (SOUZA, 2011).

Não podemos deixar de ressaltar outra multinacional, a Vale, antiga Vale do Rio Doce (CVRD). Em 2004, obtendo a concessão para exploração da jazida de fosfato localizada próximo ao porto de Paita, a Vale sagrou-se vencedora do Projeto Bayóvar e, por conseguinte, assumiu papel importante no processo de internacionalização das empresas brasileiras no Peru. Sendo assim, segundo Luce (2007, p. 88), “a presença de empresas brasileiras no controle de segmentos importantes da economia peruana motivou a busca de um tratado de proteção de investimentos”, em razão do temor de algo maléfico vir a acontecer; e, portanto, vir a impor perda de investimentos expressivos (LUCE, 2007, p. 88).

5. BOLÍVIA

Na Bolívia, assim como em outros países, as corporações globais, principalmente as empresas brasileiras, investem na exploração de recursos naturais. Os principais investimentos realizados referem-se a exploração de recursos como: petróleo, o gás natural, o cobre, o lítio, etc.

Este país é, segundo Luce (2007), o caso mais emblemático que traduz o suposto “subimperialismo” brasileiro. Durante os 10 anos, da criação da Petrobrás Bolívia S.A às nacionalizações do governo Evo Morales, a empresa consolidou-se como a maior empresa em atividades no país, controlando a exploração dos principais recursos

minerais. Um marco muito importante da relação entre esses dois países foi a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, que entrou em operação em 1999, mas esteve plenamente operativo somente em 2010 (LUCE, 2007).

O gasoduto, denominado de GASBOL, é o mais extenso gasoduto (duto de transporte de gás natural) na América do Sul e cujo projeto é responsabilidade da Petrobrás. No lado boliviano, a agência responsável pelo gasoduto é a GTB (Gas TransBoliviano S.A.) e no Brasil, a sua equivalente é a TGB (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A). A implantação do gasoduto é uma resposta às demandas de setores da sociedade, como: energético, combustível e industrial, em especial em algumas indústrias como as manufatureiras de cerâmicas e de vidro. O governo brasileiro, após concluir análise completa das necessidades futuras de energia do país, decidiu, após implementação e funcionamento do empreendimento, investir na importação de gás a partir da Bolívia; o gás boliviano é responsável por 50% do consumo brasileiro. A alternativa se apresentou como a melhor dentre as opções consideradas para aumentar a oferta de gás, considerando-se, também, aspectos de política externa do Brasil e a possibilidade de integração futura com os campos produtores de gás da Argentina e o de Camisea no Peru (SANTIAGO, 2013).

Com uma extensão total de 3150 km, o gasoduto percorre mais 2.593 km, partindo de Corumbá, passando pelas importantes regiões metropolitanas de Campinas (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e chegando a Porto Alegre (RS) no sul do país (ver figura 3):



Figura 3 – “Gasoduto Brasil-Bolívia”. Fonte: <http://www.infoescola.com/energia/gasoduto-bolivia-brasil/>

Em Campinas, como se pode notar no mapa acima, o gasoduto tem uma conexão com outro gasoduto já existente que liga Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Já no território boliviano, partindo das proximidades de Santa Cruz de la Sierra, atravessando o rio Grande, o campo petrolífero de Tita e alcançando a fronteira com o Brasil no município de Corumbá.

Até 2006, a Petrobrás importou gás boliviano abaixo dos preços de mercado. A empresa brasileira detinha o controle total (100%) na atividade de refino por ter adquirido, em consórcio com a empresa argentina Perez Companc, as refinarias de Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra (LUCE, 2007).

Entretanto, nos governos Lula, desenrolou-se uma história um tanto quanto nebulosa referente à liberalização da exploração de gás. O marco inicial dessa história pode ser localizado na mudança constitucional, especificamente na Lei 168, que “[...] tornava a exploração de gás natural e petróleo acessíveis tanto a grupos privados nacionais como estrangeiros, cabendo ao Estado supervisionar os processos/operações de exploração destes recursos” (SOUZA, 2011, p. 13).

Para Carlos Mesa Gisbert (2013), a presença de empresas estrangeiras na Bolívia reflete os antagonismos nas posições do atual governo Morales, principalmente quando se depara entre a possibilidade de realizar grandes empreendimentos no país relacionados aos recursos naturais em áreas protegidas ao mesmo tempo em que discursa sobre a exploração das grandes empresas estrangeiras (GISBERT, 2013).

Esse exemplo caracteriza como não se deve conduzir a tentativa de integração regional pela América do Sul, pois conota somente um eixo exploratório que repercutiu na insatisfação dos governantes e da própria sociedade boliviana. Felizmente essa situação foi amenizada e contornada, graças aos movimentos sociais que ascenderam elevaram Morales ao poder e às nacionalizações.

6. COLÔMBIA

De 2005 pra cá a Colômbia recebeu vários investimentos de empresas brasileiras como Petrobras, Gerdau, Vale, Votorantim, Marcopolo, Queiroz Galvão, Odebrecht, EBX, Stefanini, Natura, Eurofarma e algumas obras de infraestrutura que contam com a participação de construtoras do Brasil e financiamentos do BNDES.

Com exceção de alguns laços fronteiriços afastados dos centros de decisão, o Brasil e a Colômbia foram vizinhos distantes e temerosos ao longo da história. Por diversas razões, desde a “natureza selvagem” das áreas de fronteira até o temor da Colômbia em relação ao processo recente de expansionismo do Brasil, a afinidade entre ambos os países sempre foi fraca. No entanto, desde 2005 as ligações entre os dois países vêm se intensificando, sobretudo a partir da internacionalização das empresas *campeãs nacionais* brasileiras (RAMÍREZ, 2009).

Segundo site oficial⁹ da Petrobras, um dos países pioneiros de seu processo de expansão foi justamente a Colômbia. Atualmente, a empresa possui ativos significativos e uma projeção de investimento ambiciosa, atuando na comercialização de combustíveis e lubrificantes em todas as regiões colombianas. A atuação ocorre através de ativos de exploração offshore¹⁰, segmento reconhecido mundialmente, além da participação em

⁹ Disponível em: <http://www.petrobras.com/pt/paises/colombia/colombia.htm> (Acesso em: 01/10/2015).

¹⁰ *Offshore* é um termo da língua inglesa cujo significado literal é “afastado da costa”. Em termos financeiros, é designada por *offshore* uma empresa que tem a sua contabilidade num país distinto daquele(s) onde exerce a sua atividade. O significado de offshore está também relacionado com a atividade (prospecção, perfuração e exploração) de empresas de exploração petrolífera que operam ao largo da costa.

um bloco onshore, com potencial para hidrocarbonetos convencionais e não convencionais localizados na região de Tolima (site oficial).

A mineradora Vale S.A., empresa que também possui aquisições e ativos na Colômbia desde o primeiro mandato dos governos Lula, assinou em 2012, já sob a presidência de Dilma Rousseff, acordo para vender suas operações de carvão térmico na Colômbia para a CPC, unidade da Colombian Natural Resources, por US\$ 407 milhões em dinheiro. As operações de carvão térmico na Colômbia constituem um sistema integrado mina-ferrovia-porto, que inclui a mina de carvão de El Hatillo e o depósito de carvão de Cerro Largo, ambos localizados no departamento de Cesar. Está sendo vendida também uma operação portuária de carvão na costa atlântica da Colômbia e participação de 8,43% na ferrovia Ferrocarriles Del Norte de Colômbia, que faz a ligação das minas de carvão ao porto (RAMÍREZ, 2009). Tal operação repercute como forma de otimização do portfólio de ativos, como mostra notícia do Jornal *GLOBO GI* (28/05/2012):

A Vale pagou pouco mais de US\$ 300 milhões pelos ativos colombianos, há alguns anos. "A venda das operações de carvão térmico na Colômbia é parte de nossos esforços contínuos de otimização do portfólio de ativos", afirmou a empresa em comunicado. Executivos da empresa explicaram recentemente que a Vale começou a revisar o destino de seus investimentos com o objetivo de centralizar esforços em projetos prioritários bilionários, entre os quais a expansão em minério de ferro em Serra Sul, próximo a Carajás, no Pará. "Carvão térmico está fora de nosso core business", disse neste mês o diretor executivo de carvão e fertilizantes, Roger Downey (Jornal *GLOBO GI* – 28/05/2012 – Acesso em: 01/10/2015).

Já a Odebrecht, que desde 2002 não empreendia uma obra na Colômbia, venceu em 2009, um leilão de construção e concessão do setor 2 da estrada Rota do Sol, no equivalente a US\$ 1,65 bilhão com investimentos previstos de US\$ 2,5 bilhões. De acordo com o plano apresentado pela empresa, a concessão do trecho deve durar cerca de 15 anos, com receitas estimadas em cerca de US\$ 1,5 bilhão.

7. CHILE

No Chile, as obras do metrô de Santiago contaram com o apoio brasileiro; a Petrobras, empresa de capital misto brasileira, vem expandindo seus negócios no país, com investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da ordem de US\$ 208 milhões.

A ampliação do metrô dividiu-se em três operações sendo uma relativa à linha 4 e as outras duas relativas à linha 2. O orçamento total dos 260 carros metroviários previstos para o total do projeto é de aproximadamente US\$ 1 bilhão, sendo que o governo do Chile deve desembolsar US\$ 350 milhões e o restante deverá ser obtido por meio de financiamentos bancários concedidos por instituições internacionais, de acordo com o país de fabricação dos bens ou serviços utilizados no empreendimento (SOUZA, 2011).

O Metro de Santiago é considerado, atualmente, um dos sistemas mais modernos da América do Sul, além de ser o segundo maior dessa região, atrás apenas da Cidade do México. Conta com 108 estações em 5 linhas e uma extensão de 103 km, por onde são transportados, diariamente, em torno de 2.300.000 passageiros; esta cifra significa um aumento de mais de 1.000.000 de passageiros diários em comparação as cifras anteriores a 2007, quando foi posto em execução o plano Transantiago, no qual o Metro de Santiago cumpre um papel de articulador de dito sistema de transporte público da cidade¹¹.

A empresa produtora dos carros metroviários foi a Alstom Brasil Ltda., que possui como acionistas o Tesouro Público do Chile e a Corporação de Auxílio à Produção, uma estatal chilena. A modalidade da operação para um empreendimento dessa magnitude foi a de *buyer credit*, pela qual o Banco financia a empresa compradora de produtos fabricados no Brasil; já a venda será feita para a Transporte de Pasajeros Metro S/A, que realiza a expansão do metrô de Santiago. As unidades fabris da Alstom Brasil localizam-se em Taubaté (turbinas e geradores de energia); Belo Horizonte e Vitória (conversão de energia); e São Paulo (trens, sinalização e controle operacional) (BORGES, 2008).

8. EQUADOR

A economia equatoriana, assim como na Bolívia, está fundamentalmente baseada nas exportações de hidrocarbonetos, cujo principal produto é o petróleo. “A participação do petróleo nas exportações passou de 18,5% a 62% entre 1972 e 1980 e em 1985 alcançava 62,4% do PIB” (FONTAINE, 2005).

¹¹ Matéria publicada em 24 de Fevereiro de 2015. Para saber mais, acesse: <http://nosnochile.com.br/metro-de-santiago-tudo-que-voce-precisa-saber/> (acesso em: 05/10/2015).

No Equador, a empresa Odebrecht também foi acusada de irregularidades em serviços de obras públicas levando a desentendimentos com o governo equatoriano em prejuízo da imagem diplomática do Brasil.

Segundo site oficial¹² da empresa, o Brasil é o terceiro maior exportador de bens e serviços para o Equador, totalizando, em 2002, US\$ 405 milhões. Desde 1988, quando começou a executar sua primeira obra no país, a Odebrecht vem priorizando o aprofundamento da relação com o governo equatoriano, numa atuação marcada pela participação em empreendimentos de grande impacto social e pela contínua formação de equipes (site oficial).

Em 2004 a Odebrecht deu continuidade à atuação no Equador, sob estímulo do governo Luiz Inácio Lula da Silva e sua política integracionista, empreendeu dois novos projetos. “O Equador tem um grande potencial de crescimento e dispõe de recursos provenientes da exportação do petróleo, seu principal produto. O país necessita de obras de infraestrutura, o que representa oportunidades para as empresas brasileiras. O setor de energia, por exemplo, deverá receber grandes investimentos, com a execução de projetos hidrelétricos”, salientou Sérgio Florêncio, Embaixador do Brasil no Equador durante os governos Lula. Ao longo desses anos, a Odebrecht já viabilizou créditos de US\$ 874 milhões (do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para o Equador (FONTAINE, 2005).

No entanto, acusações de superfaturamento de obras em até 48% e a adoção de aditivos em contratos levou o governo do Equador a expulsar a construtora Odebrecht do país em 2009. Uma investigação da controladoria que apontava que o contrato da empresa teria recebido 10 aditivos, sendo que 5 foram considerados injustificáveis; em um deles, a Odebrecht recebeu, mesmo tendo um seguro que cobriria incidentes, 13,8 milhões de dólares em reparação por um problema geológico que paralisou uma perfuradora. Portanto, as suspeitas de irregularidades que foram levantadas por uma comissão do governo e pela Controladoria-Geral do Estado (que tem posição similar ao do Tribunal de Contas da União no Brasil), levaram ao cancelamento dos contratos.

POLITICA EXTERNA BRASILEIRA, BNDES E SUBIMPERIALISMO

A política externa foi um instrumento muito importante para a denominada retomada do desenvolvimentismo durante os governos do PT, principalmente nos dois

¹² Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br> (acesso em: 05/10/2015).

mandatos de Lula. Ela deve ser entendida, portanto, no quadro das mudanças políticas internas que ocorreram no Brasil nos anos 2003-2010.

Conforme Berringer (2014), devemos levar em conta dois aspectos para entendermos a nova configuração política externa: 1) A nova configuração do bloco no poder, mais precisamente, a ascensão da grande burguesia interna¹³, articulada por grandes empresários, acionistas e donos de grandes empresas; 2) deve ser considerada, por razões distintas e em proporção menor, a nova presença política das classes populares na política nacional. Ou seja, foram [...] “as mudanças na política interna brasileira, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula”, propiciando o despertar de um processo expansionista cujo foco é a América do Sul e sob pretensões claras de alçar-se como potência regional no cone-sul (BERRINGER, 2014, p. 142).

A política externa brasileira gestada nos governos de Luís Inácio Lula da Silva esteve estritamente associada ao discurso diplomático em torno da integração regional sul-americana e ao processo de internacionalização de suas empresas, apoiado com financiamentos públicos brasileiros, do BNDES em especial.

O caso mais emblemático é o entre Brasil e Argentina¹⁴, pois elucida os descontentamentos por parte das nações que recebem investimentos e a dificuldade do governo brasileiro em disseminar políticas amistosas diante de seus vizinhos; sobretudo, é o caso que melhor ilustra as lógicas de Harvey (2004).

De acordo com Schutte (2012, p. 8):

O mesmo discurso que recolocou o Estado em um papel de liderança no processo de desenvolvimento, mobilizando e rearticulando as empresas estatais e os bancos públicos, norteou a busca de uma nova inserção no cenário internacional, que deve estar em função do projeto de desenvolvimento nacional, ao passo que, por sua vez, o desenvolvimento nacional garante mais recursos e credibilidade para ampliar a presença internacional (SCHUTTE, 2012, p. 8).

Neste tópico abordaremos a política externa dos Governos Lula, o suporte dado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a internacionalização de empresas nacionais brasileiras, e a retomada da “teoria” do

¹³ A *burguesia interna* é, para Berringer (que buscou em Poulantzas (1978) arcabouço para sustentar sua concepção), uma fração de classe que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional. A grande burguesia interna brasileira é composta pelo grande capital nacional, por empresas estatais e, ocasionalmente, por empresas multinacionais. É uma fração heterogênea que reúne diversos setores, como a indústria de manufaturados, empresas de construção civil, empresas do agronegócio, empresas estatais, mineradoras, entre outros (BERRINGER, 2014).

¹⁴ Objeto de estudo de nosso trabalho.

subimperialismo de Ruy Mauro Marini para, em seguida, concentrarmos no caso da Argentina, país que mais recebeu investimentos do Brasil.

1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: GOVERNOS LULA

A caracterização das políticas econômica e externa dos governos Lula esteve supostamente vinculada a um “neodesenvolvimentismo”, intermediado por um processo de financeirização, de medidas protecionistas (exigência de porcentagem mínima de conteúdo local nas compras governamentais e para as empresas subsidiadas pelo BNDES), do aumento da intervenção estatal via obras de infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), da expansão das políticas sociais, do apoio do BNDES em financiamentos e, talvez a característica mais marcante, o incentivo à internacionalização de empresas e a política de formação das “campeãs nacionais” (BERRINGER, 2014).

Dessa perspectiva, o neodesenvolvimentismo seria a plataforma política dos governos do PT, e o “[...] desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (BOITO, 2012, p. 69). A fração da alta burguesia interna reúne interesses e estimula a concretude desse novo desenvolvimentismo, pois, ela mesma se distribui notadamente nos principais setores da economia brasileira, que são: mineração, construção civil, agronegócio, indústria de construção naval, indústria de transformação, entre outros (BOITO, 2012).

A expansão das empresas denominadas “*campeãs nacionais*”, empresas que receberam aportes do BNDES e dos fundos de pensão — Previ, Petros, etc — para aquisição de novas empresas ou fusões com as concorrentes do ramo com o objetivo de monopolizar o mercado e conquistar novos territórios, tornando-se líderes globais em seus respectivos segmentos deu o tom na política de incentivos do BNDES nos governos do PT (BERRINGER, 2014).

Assim, a expansão externa da economia brasileira é tida como condição básica para interdependência no mundo globalizado e, não menos importante, alçar o Brasil como potência hegemônica regional. Para isso, os governos Lula agiram visando a “agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas nacionais e por investimentos diretos no exterior, a começar pela vizinhança” (CERVO, 2009, p.87). Ou seja, a internacionalização econômica representa um campo de grande êxito da logística internacional de Lula, na qual a América do Sul possui um grande papel, em razão do ritmo forte ostenta e da segurança a reverso que imprime à economia nacional

(CERVO, 2009). Em seu discurso de posse (01/01/2003), o presidente Luís Inácio Lula da Silva já sinalizava o rumo que viria a dar à sua política:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. (...) O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é, sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. (...) Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos (BRASIL, 2003).

Embora tal direcionamento não fosse uma política original de seu governo, foi durante o período de seu mandato que se atingiu um dinamismo inédito (CERVO, 2006). Como se pode ver no gráfico abaixo, o montante de investimentos diretos brasileiros no exterior, entre 2000 e 2008, foi de sete vezes o volume de toda a década de 1990 (ver figura 4):

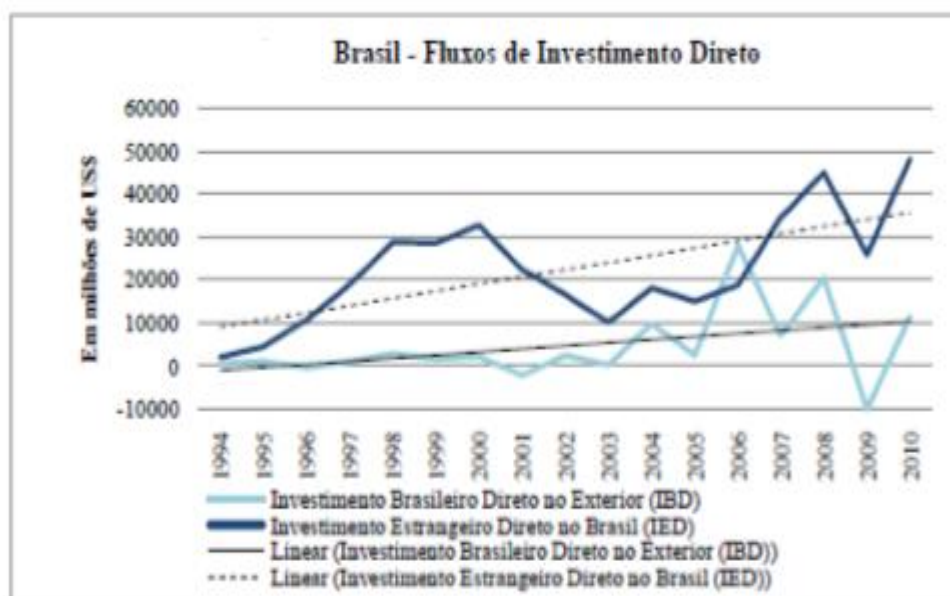


Figura 4 – “Fluxos de Investimento Direto”. Fonte: Banco Central do Brasil

A definição dos eixos da atuação internacional do Estado brasileiro se pautou nas relações conhecidas como “relações sul-sul”, isto é, com os Estados dependentes. Tais relações só foram possíveis de serem concretizadas por intermédio da [...] “criação de coalizões, no adensamento do processo de integração da América do Sul, e na postura crítica à assimetria de poder” (BERRINGER, 2014, p. 143). De acordo com Lima (2010, p. 23):

Ao contrário do passado recente, quando a política externa era acessória à estabilidade macroeconômica e tinha função de garantir a credibilidade internacional, na atualidade, a política exterior, pró-ativa e pragmática, é um dos pés da estratégia de governo calcada em mais três pilares: manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; e inclusão social e formação de um expressivo mercado de massas (LIMA, 2010, p. 23).

Todas essas ações, no seu conjunto, contribuíram para que o Estado brasileiro obtivesse uma maior projeção internacional, aumentando, segundo Berringer (2014) a margem de manobra em relação aos Estados imperialistas. Em contraposição à abertura comercial unilateral, a política externa reincorporou a busca pelo desenvolvimento como meta central da inserção internacional do Estado brasileiro (BERRINGER, 2014).

Por isso, ao invés de buscar aproximação com os Estados imperialistas e adesão aos regimes internacionais de desarmamento, propriedade intelectual, etc, o que se buscou foi a criação de coalizões de Estados dependentes e o fortalecimento da integração regional como instrumento para o aumento do poder de barganha nas negociações econômicas internacionais, para o acesso a mercados para a exportação dos seus produtos e acesso a territórios para a instalação das suas empresas (LIMA, 2010).

2. A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO BNDES

Segundo Hirt (2013, p. 1) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um “banco estatal brasileiro que figura atualmente como uma das maiores agências de fomento do mundo, e tem se consolidado como um instrumento ativo tanto da política interna quanto da política externa brasileira” (HIRT, 2013, p.1). Para se entender como e quais projetos/empreendimentos de governo foram postos em prática é necessário focar nessa instituição emblemática que é o BNDES.

Criado em 20 de junho de 1952 pela Lei n.º 1.628, como uma Autarquia Federal, o BNDE (na época, sem o “S”) foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio em 1971 (BNDES, 2004). Contudo, os fundos que abastecem o capital de giro do banco não são necessariamente provenientes de investimentos privados; o banco recebe, por exemplo, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As principais fontes de recursos do FAT são as contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado em 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído em 1970 (HIRT, 2013). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o art. N° 239 definiu que os recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP

passariam a ser direcionados ao FAT - para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico ao encargo do BNDES¹⁵.

Outra importante fonte de recursos do Banco são os aportes do Tesouro Nacional. Para repassar dinheiro ao BNDES, o Tesouro Nacional paga juros maiores (Taxa Selic)¹⁶ do que o BNDES cobra nos seus empréstimos (TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo), isto é, aumentando, segundo os críticos dos repasses ao BNDES, o endividamento estatal. A história do Banco está intimamente ligada com os diferentes projetos de governo que foram postos em prática desde a sua criação, com destaque para os últimos 22 anos, nos quais ocorreram significativas mudanças políticas e econômicas (HIRT, 2013).

Em consonância com o discurso de posse ocorrido no dia 1 de Janeiro de 2003 do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em sua fala na XIII reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 2004, fez questão de apontar a importância da integração sul-americana e a relevância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para esse processo:

O Brasil está comprometido em contribuir para a crescente integração entre nossos países. O Presidente Lula atribui a mais alta prioridade à integração regional. [...] Destaco, especialmente, o apoio que vem sendo dado a esses projetos pelo nosso banco de desenvolvimento, BNDES, cada vez mais integrado como instrumento de promoção do nosso desenvolvimento regional (BRASIL, 2004).

Como evidência dessa relação entre o governo e o banco nacional, o próprio BNDES ao lançar a edição número 187 de sua revista mensal¹⁷, em novembro de 2004, trouxe como manchete a seguinte afirmação: “Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política externa brasileira”. Já na edição 190, de março de 2005, afirma-

¹⁵ Acessar: <http://www.bndes.gov.br/> (acesso em: 05/10/2015).

¹⁶ A taxa SELIC (*Sistema Especial de Liquidação e de Custódia*) é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelos bancos no Brasil se balizam. A taxa é uma ferramenta de política monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil para atingir a meta das taxas de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa *overnight* do (SELIC), é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. A emissão de títulos da dívida pública serve para o governo se capitalizar. Ao comprar um título, o comprador "empresta" dinheiro para o governo, mediante reembolso futuro acrescido de juros. A remuneração desse papel é indexada de acordo com determinados índices, como a inflação medida pelo IPCA e à taxa básica de juros.

¹⁷ Para ver todas as edições da revista do BNDES, acesse: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Informe_BNDES/200411_2.html. No link você poderá pesquisar qualquer edição da mesma (acesso em: 18/10/2015).

que “A integração sul-americana é prioridade da política externa do governo brasileiro, tendo o BNDES como importante instrumento” (apud CAMPIELO & PESAVENTO, 2013). Outro exemplo encontra-se na publicação “Sinopse Internacional”¹⁸ (julho de 2004) editada pelo próprio banco: “[...] o apoio à integração sul-americana é um dos principais objetivos da Área de Comércio Exterior (AEX), seguindo a prioridade dada pela própria política externa brasileira” (apud CAMPIELO & PESAVENTO, 2013, p. 3).

E, segundo os decretos legais que influenciam na ação internacional do banco, ocorrendo, no final do governo de FHC, a promulgação (por meio do Decreto nº 4.418) de um novo Estatuto Social do BNDES, a instituição pode:

Art. 9º I - contratar operações, no País ou no exterior, com entidades estrangeiras ou internacionais, sendo lícita a aceitação da forma e das cláusulas usualmente adotadas nos contratos externos, inclusive o compromisso de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias; II - financiar investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, sempre que contribuam para promover exportações; III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação (Decreto nº 4.418, 2002 – grifo nosso).

Portanto, torna-se evidente que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com linhas de crédito e participação acionária, ajudou a incrementar o investimento externo brasileiro no exterior (com foco nos financiamentos). Atualmente, é expressivo o número de empresas nacionais que atuam no exterior e que possuem a BNDESPar — subsidiária do BNDES — como acionista. Em 2010, por exemplo, a BNDESPar detinha acima de 10% das ações das seguintes empresas: América Latina Logística (12,21%); JBS Friboi (17,32%), Klabin (20,25%), Light (22,96%), Marfrig (13,89%), CEG (34,56%) , Eletrobrás (18,50%), e Fibria (30,42%), entre outras (VALDEZ, 2011).

O acumulado de desembolsos sobretudo para a exportação durante o governo Lula (2003 – 2010) chegou ao montante superior a US\$50 bilhões – esse valor estava próximo dos US\$15,7 bilhões durante a gestão anterior (1998 – 2002), como mostra o gráfico abaixo (ver figura 5):

¹⁸ Tendo em vista a importância do BNDES na promoção de uma maior inserção internacional da economia brasileira, a *Sinopse Internacional* é uma publicação semestral que visa o acompanhamento de assuntos associados à conjuntura econômica internacional. A publicação analisa temas tais quais: nível de atividade, projeções de crescimento econômico, inflação, investimentos externos diretos (IED) e comércio exterior. Para maiores informações, acesse: <http://www.bndes.gov.br/> (acesso em: 18/10/2015).

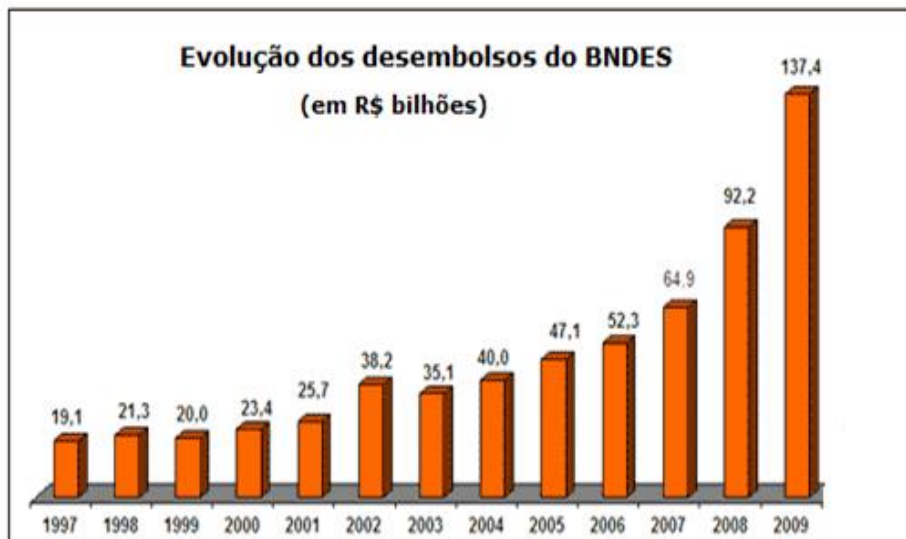


Figura 5 – “Evolução dos desembolsos do BNDES”. Fonte: www.bndes.gov.br/

Os maiores investimentos destinaram-se à indústria de transformação e, em segundo lugar, ao comércio e serviços, [...] “cuja atividade cresceu nove vezes entre 2002 e 2010, na qual se destaca o incentivo à construção” (CAMPIELO & PESAVENTO, 2013, p. 9). Em 2003, o volume de exportações totais brasileiras foi de US\$73 bilhões – nesse valor incluem-se os mais de US\$4 bilhões financiados pelo BNDES, o que representa 33% dos desembolsos totais do banco (BNDES, 2003). Já em 2005, os desembolsos da Área de Comércio Exterior são aproximadamente 30% do total do banco; nesse ano as médias mensais de desembolso foram US\$100 milhões, sobretudo na América do Sul (BNDES, 2005). No gráfico abaixo, podemos comparar os desembolsos efetivos do banco no apoio à exportação de obras de infraestrutura, comparando o total com os efetivos no continente sul-americano (ver figura 6):

BNDES - Desembolsos do BNDES para apoio à exportação, total e para a América do Sul (US\$ milhões)

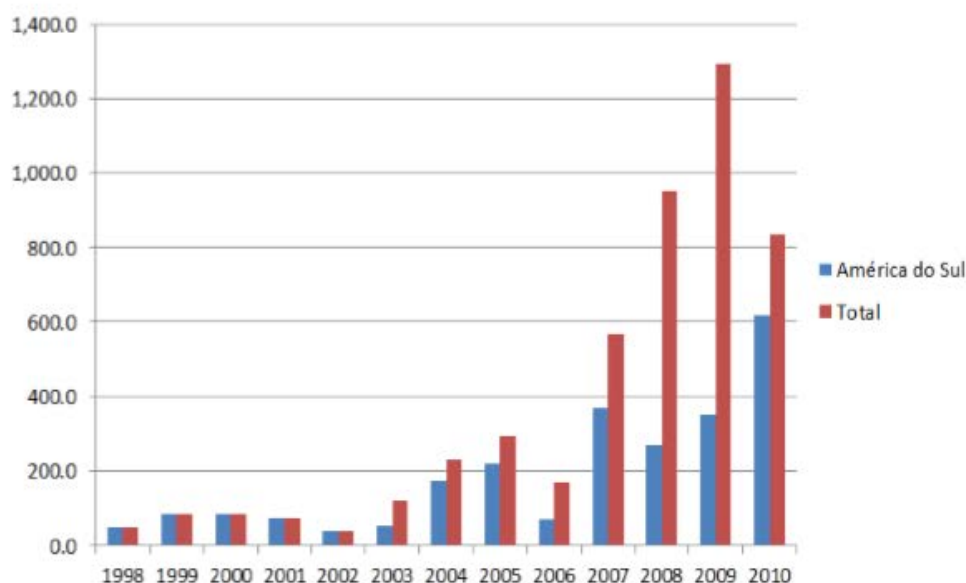


Figura 6 – “Desembolsos do BNDES: Total/AM. do Sul”. Fonte: www.bndes.gov.br/

Sendo assim, o montante liberado nos governos Lula, sobretudo a partir de 2007, é significativo. Isso se dá pela busca da internacionalização econômica com apoio do empresariado, o que confere ao Estado brasileiro o papel de estrategista e de fomentador de oportunidade de negócios – tendo o BNDES como um importante instrumento da política externa (CAMPIELO & PESAVENTO, 2013).

Conclui-se, portanto, que a atuação internacional do BNDES e a sua interface com a política externa, além de ter ajudado efetivamente no expansionismo e/ou “desenvolvimentismo transnacional”, como já mencionado, está presente repetidamente no discurso de diversos órgãos, com destaque para o do próprio banco.

3. SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

O processo expansionista brasileiro ligado à Integração Regional, segundo os que acusam o Brasil de imperialista, tem sido economicamente/comercialmente mais vantajoso para o Brasil e por isso produziria descontentamentos e acusações de imperialismo (e/ou subimperialismo) ao país¹⁹. Neste contexto, tem chamado atenção

¹⁹ Várias matérias em jornais apontam para indisposições com o suposto imperialismo brasileiro. Ver por exemplo: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/934867-paises-vizinhos-reagem-a-brasil-expansionista.shtml>. Ou entrevista recente do presidente do Uruguai:

certa retomada da “teoria” do *subimperialismo* de Ruy Mauro Marini para caracterizar o processo expansionista recente de empresas brasileiras, especialmente pela América do Sul.

Para Marini (1977, p. 17), a teoria do subimperialismo definia-se como a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista em cooperação antagônica com as economias centrais, visando a conquista de mercados externos para exportação de manufaturas e capital; a citação a seguir condensa o significado de subimperialismo para o autor:

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a um rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. (...) A falta de dados más precisos, la composición orgánica de capital de una nación puede inferirse de la participación de su producto manufacturero en el producto interno bruto.(MARINI, 1977, p. 17- grifo nosso).

Luce (2007), Fontes (2010) e Zibechi (2012) são autores que defenderam que o Brasil desempenharia um papel imperialista na região. O primeiro, bastante citado aqui, é mais tributário da perspectiva de Marini, defendendo que o Brasil de Lula seria subimperialista. Para Fontes (2010, p. 306) a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, do “*capital-imperialismo*” (como a própria autora denomina), caracterizar-se-ia em função de três elementos, com o Brasil adentrando ao grupo dos países imperialistas, ainda que de forma subalterna:

“O predomínio do “capital monetário”; 2) a atuação dos fundos de pensão no mercado de ações que transforma os trabalhadores em instrumentos de acumulação e valorização do capital; 3) a expansão capitalista para fora das fronteiras nacionais” (FONTES, 2010, p. 306).

Já Zibechi (2012) entende a divisão internacional do trabalho como organizada entre Estados centrais, Estados-semiperiféricos e Estados-periféricos. Um exemplo de Estado central foi a Inglaterra no século XIX e o Estados Unidos no século XX. O autor

defende que no cenário da derrota do Vietnã em 1968 a hegemonia do EUA teria entrado em declínio e, por conseguinte, aprofundado ainda mais após a Queda das Torres Gêmeas em 2001 (sem mencionar a crise econômica em 2008), nesse cenário o Brasil seria uma nova potência em ascensão, de potencia regional à global. Portanto, segundo Zibechi (2012, p. 262):

[...] desde a primeira década do século XXI solidificou-se uma tendência que se manifestara com força durante o regime militar e que foi logo abandonada para florescer em toda a sua intensidade com o governo Lula. Essa tendência, lentamente amadurecida, é a vontade de converter o Brasil em uma potência global (ZIBECHI, 2012, p. 262 – tradução: Tatiana Berringer).

A leitura destes autores em relação ao expansionismo brasileiro, concentradas, prioritariamente, no aumento de investimento externo brasileiro como um instrumento de dominação das formações sociais sul-americanas, desponta a seguinte questão: é possível falar em imperialismo sem considerar a capacidade econômica, militar, tecnológica e política do Estado brasileiro? Apesar de [...] “mudanças na esfera produtiva (transnacionalização) e forma de acumulação (financeirização), não se pode negligenciar a dimensão política e militar da teoria imperialista-leninista”, sobretudo a correlação de forças no plano internacional (BERRINGER, 2014, p. 190).

Fontes (2010) e Zibechi (2012) buscaram se distanciar um tanto de Ruy Mauro Marini. Conforme Berringer, para eles, a teoria de Marini (1977) [...] “não explica a nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois a escassez do mercado interno como traço estrutural da dependência não seria mais uma realidade da formação social brasileira” (BERRINGER, 2014, p. 191). Por sua vez, Luce (2007) buscou atualizar o conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini. Na interpretação do autor, o conceito de subimperialismo de Marini se definia por:

A nova divisão internacional do trabalho que possibilita que as formações sociais dependentes se tornem exportadoras de produtos manufaturados para seus vizinhos; 2) a chegada de uma economia dependente à fase de monopólio e capital financeiro; 3) papel do Estado brasileiro contra as lutas populares na América Latina durante o período da ditadura militar, sobretudo, o apoio do Estado brasileiro aos golpes de Estado no Uruguai, na Bolívia e no Chile. Tratava-se da ideia de que o Brasil agia como braço/apoio dos Estados Unidos na região (MARINI, 1974, p.124 – apud. LUCE, 2007).

Para Luce (2007), a política de integração regional do governo Lula é determinada pelo caráter subimperialista do Brasil, regido pelo consenso e norteadada pela cooperação antagônica com os EUA, ainda que o elemento de coerção militar não tenha tanta aplicabilidade. O Estado brasileiro, segundo o autor, “cumpriria o papel de ser um agente dos Estados Unidos na região” (BERRINGER, 2014, p. 194).

No entanto, as tentativas e os golpes de Estado na Venezuela em 2002, na Bolívia em 2003, no Equador em 2008 e em 2012 no Paraguai, sugerem um papel bem diferente. Antes mesmo de assumir a Presidência (2002), Lula efetiva diversas ações importantes, sobretudo, a organização do “Grupo dos Amigos da Venezuela” em apoio a Chávez. Em 2008, o Estado brasileiro coordenou a intervenção da União Sulamericana das Nações (Unasul) na Bolívia e no Equador e, abrigou Manuel Zelaya, presidente deposto de Honduras, na embaixada brasileira naquele país quando os Estados Unidos passaram a defender os golpistas. O Estado brasileiro atuou de maneira autônoma e inteiramente oposta aos interesses políticos dos EUA, mesmo sem usar um discurso anti-imperialista – como Cuba e Venezuela (BERRINGER, 2014).

No que se refere ao plano militar, vale lembrar que o Estado brasileiro foi contrário à instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, posicionou-se a favor do fechamento da base militar de Manta no Equador e incentivou a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) no âmbito da UNASUL; O Brasil também está reaparelhando a Marinha de modo a aumentar a sua autonomia militar. Segundo Fiori (2011, p.18):

Em setembro de 2009, o Brasil assinou um acordo estratégico militar com a França, que deverá alterar a relação do Brasil com os EUA e transformar o país – em alguns anos mais – na maior potência naval da América do Sul, com capacidade simultânea de construir submarinos convencionais e atômicos e de produzir os próprios caças bombardeiros. Essa decisão ainda não caracteriza uma corrida armamentista entre o Brasil e seus vizinhos do continente, muito menos com os EUA, mas sinaliza uma mudança importante da posição internacional brasileira e de sua decisão de aumentar sua capacidade político-militar de veto. Nesse mesmo período, a Venezuela e a Argentina também assinaram acordos militares e financeiros com a Rússia, e o Chile e a Colômbia mantiveram seus gastos, que são relativamente os mais altos do continente, de aproximadamente 3,4% e 4% do produto interno bruto (PIB) de cada um dos dois países, respectivamente. Mas, apesar das novas compras e dos novos armamentos, nenhum dos países sul-americanos tem ou adquiriu capacidade de projetar seu poder militar muito além das próprias fronteiras. O que todos estão sinalizando, de forma cada vez mais explícita, é sua decisão de impedir eventuais intervenções externas em seus territórios. O que é um sintoma inequívoco do aumento da pressão competitiva no continente e no aumento da pressão militar dos Estados Unidos, na América do Sul (FIORI, 2011, p. 18).

Em síntese, nossa hipótese é que a economia brasileira não está suficientemente monopolizada, isto é, não alcançou ainda a “etapa” do capital financeiro e, numa conjuntura na qual o desenvolvimentismo expansionista veio ao encontro da reconfiguração das relações governo-empresariado, intensificado como política anticíclica diante da crise de 2008/2009, o BNDES funcionou (e ainda funciona) mais como fomentador deste processo (SOUZA, 2012). Portanto, a nosso ver não há razões

suficientes que permitam afirmar que o papel do Estado expansionista brasileiro na América do Sul seja “subimperialista” e muito menos imperialistas, sobretudo na ausência de capital financeiro e poder militar.

Em nosso estudo, partimos do pressuposto de que o expansionismo de empresas brasileiras é uma dimensão geopolítica interessante para se analisar processos de integração regional, que, em tese, pode apresentar uma dimensão positiva no que diz respeito a sua efetiva integração. A seguir, discutiremos o expansionismo econômico de forma articulada aos projetos e discursos estatais dos governos Lula, com destaque às relações Brasil-Argentina e sobretudo o caso da Vale S.A. em Mendoza.

EXPANSIONISMO BRASILEIRO: O CASO ARGENTINO

A Argentina é o país que mais recebeu investimentos brasileiros durante os governos Lula e é o caso no qual as duas lógicas (a do Estado e a da acumulação privada) apontadas por Harvey (2004) são passíveis de elucidação.

A produção argentina de cimento é controlada pelos grupos Camargo Corrêa e Votorantim, respectivamente, com as subsidiárias Loma Negra e Cementos Avellaneda. JBS e Marfrig absorveram diversos frigoríficos e passaram a controlar o abate de animais e a exportação de carnes. Santista e Alpargatas, sob controle do grupo Camargo Corrêa, dominavam a produção, respectivamente, das indústrias têxteis e calçadistas. Itaú e Banco do Brasil – por meio do Banco Patagônia – detêm importantes participações do mercado bancário local. Gerdau e Votorantim estão entre os principais produtores de aços longos com as subsidiárias Sipar Aceros e Acerbrag, respectivamente. A Petrobras avançou na exploração de petróleo, refino e distribuição de derivados (SPOSITO & SANTOS, 2012).

Conforme a perspectiva do *novo imperialismo* de Harvey (2004), que não menospreza a questão financeira do imperialismo, mas valoriza a dimensão territorial (extremamente necessária) de encontrar áreas/negócios lucrativos à absorção do capital excedente, por meio da conquista de novos mercados, promoção de novos produtos e modos de vida, novos instrumentos de crédito, gastos estatais, endividamento público e monopolizações; portanto, segundo o autor, predomina a ideia de espoliação dos espaços não predominantemente capitalistas pelos países capitalistas (HARVEY, 2004).

Como apontado, interessa aqui a distinção que Harvey (2004, p. 31) estabelece entre lógica do Estado – ou “a política do Estado e do Império” – e lógica da

acumulação privada - dos “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”:

Com a primeira expressão [política do Estado e do império] desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com a última expressão [processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo], concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante (HARVEY, 2004, p. 31).

Mediante a ideia de complementaridade e contradição entre as duas lógicas (mais complementaridade que contradição segundo Harvey) é que analisamos as relações Brasil-Argentina durante os governos Lula.

Como insistimos, os governos Lula apoiaram a internacionalização de empresas brasileiras na América do Sul (há complementaridade entre lógica da acumulação privada e atuação do Estado), porém, esse movimento expansionista é passível de ser apreendido como contraditório ao discurso da integração e cooperação regional, importante à liderança/hegemonia brasileira na região, pois a presença dessas empresas e as diversas acusações referentes à irregularidades das mesmas repercutem negativamente para todos (empresa, Brasil, país receptor do investimento) e conota um eixo expansionista meramente exploratório.

Sendo possível afirmar que o Brasil vem demonstrando dificuldades em disseminar entre seus vizinhos políticas amistosas de cooperação/complementaridade, especialmente com a Argentina. Como mostra matéria da *Folha de São Paulo* no primeiro do governo Dilma, mas refletindo sentimentos produzidos na Era Lula:

A expansão da influência do Brasil na América do Sul começa a gerar um sentimento antibrasileiro na região. Ao mesmo tempo em que o chamado consenso de Brasília é um modelo de sucesso econômico que os países da região querem emular, a crescente presença de empresas brasileiras nas nações vizinhas desperta desconfiança. O governo da província argentina de Mendoza acaba de suspender um projeto de exploração de potássio da Vale, com investimento de US\$ 8 bilhões. O governo acusa a mineradora de não cumprir acordo para a utilização de fornecedores e mão de obra local – segundo o contrato, 75% dos serviços terceirizados e funcionários devem ser de Mendoza (*Folha de São Paulo*, 26/06/2011 – Acesso em: 05/10/2015).

A Argentina tem frequentemente protestado contra benefícios obtidos dentro do bloco MERCOSUL pelo Brasil e, expressivamente, pelo expansionismo de empresas brasileiras em seu território.

A título de ilustração, discutiremos o caso da Vale S.A. e a exploração de potássio na província de Mendoza²⁰, pois, como já mencionado, é o episódio que melhor corrobora ao entendimento das duas lógicas de Harvey; também trataremos, limitadas às grandes empresas, dos diversos investimentos e aquisições que demonstram o claro processo expansionista brasileiro, que são: a Petrobras que, desde 2003, quando adquiriu o controle da Perez Compac (petrolífera argentina), só fez aumentar sua presença na Argentina, sendo a produção e as reservas de petróleo e gás natural das mais relevantes fora do Brasil, sem falar na rede ampla de distribuição de combustíveis; a Camargo Corrêa que adquiriu em 2005 a maior fábrica de cimento argentina, a Loma Negra, com forte participação em obras públicas no país, no setor de calçados (Alpargatas); e a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBras e adquiriu em 2010 50% da Cimentos Avellaneda (SOUZA, 2011).

1. VALE S.A. E A EXPLORAÇÃO DE POTÁSSIO EM MENDOZA

A antiga Vale do Rio Doce, criada em 1942 e perdurou sendo empresa estatal brasileira até 1997 é hoje uma das maiores empresas da indústria de mineração e metais. Considerada como a segunda maior mineradora mundial por volume, com US\$ 100 bilhões como valor de capitalização de mercado, e com cerca de 400.000 acionistas e papéis negociados em quatro bolsas ao redor do mundo. A presença e tamanho da empresa são de escala inegável na economia global (TRAVASSOS e SCHAPPO, 2013).

No ano de 2012, já no primeiro mandato de Dilma, sucessora de Lula, a empresa começou a investir na região de Mendoza, na Argentina, mais precisamente na bacia do Rio Colorado. Segundo Travassos e Schappo (2013)²¹ seu objetivo era se tornar uma das maiores fornecedoras de fertilizante, tendo sido orçados, de imediato, US\$5.9 bilhões para o projeto. Devido alguns problemas econômicos, a empresa decide, no ano seguinte, suspender suas atividades, como aponta os autores:

²⁰ Que extrapola o governo Lula, mas é um caso ilustrativo das duas lógicas de Harvey e as negociações para o investimento deram-se no governo Lula.

²¹ Na versão consultada não há referência de páginas.

Após gastar cerca de US\$2.5 bilhões de dólares e concluir mais de 40% do projeto que inclui terminal portuário assim como 790 km de estradas de ferro, a Vale suspendeu oficialmente suas atividades na região no dia 11 de março de 2013. Dentre as razões listadas pela empresa, encontram-se os altos níveis inflacionários e as práticas de controle cambial argentino, que tornaram o investimento inviável, quase que dobrando suas estimativas de custos para US\$11 bilhões (TRAVASSOS & SCHAPPO, 2013).

Para a Argentina esta oportunidade seria simplesmente o maior investimento brasileiro no país, tornando ainda mais positivo pela sua finalidade, pois 90% do potássio utilizado nas fazendas brasileiras vêm de importações advindas principalmente da Rússia e do Canadá, como mostra o gráfico abaixo (ver figura 7):

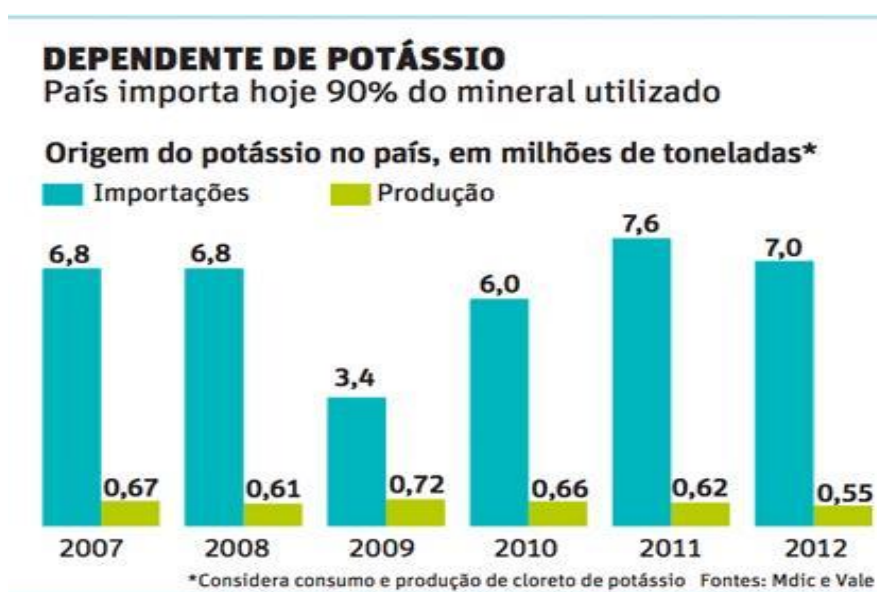


Figura 7 – “Dependência de potássio”. Fonte: <https://onial.wordpress.com>

Como este mineral é um dos três nutrientes necessário para o crescimento de plantas²², o governo brasileiro via como estratégia a meta de se tornar autossuficiente na questão de fertilizantes até 2020 (com o objetivo de suprir a demanda agrícola). Para elucidar a importância deste mineral, na crise de alimentos de 2007 e 2008, o preço do potássio subiu dez vezes seu valor tradicional (TRAVASSOS e SCHAPPO, 2013).

²² O *potássio* regula a abertura e fechamento de estômatos (estruturas constituídas por um conjunto de células localizadas na epiderme da folha) através de alterações da turgidez das células-guarda induzidas por uma “bomba de potássio” na parede celular. Como os estômatos são importantes na regulação da perda de água pelas plantas, o potássio ajuda a diminuir perdas de água e aumenta a tolerância a secas.

Portanto, um investimento como este seria de vital importância para o desenvolvimento de superávits na balança comercial²³ da Argentina, além, é claro, dos 6.000 empregos diretos que estavam sendo criados. O montante de dinheiro que estava para ser desembolsado, indiretamente, traria benefícios a economia argentina com possíveis concessões em outras áreas, como mostra Travassos e Schappo (2013):

O investimento se constitui, também, como estratégico no quesito das relações exteriores na região. São US\$6 bi que seriam muito bem vindos para a economia argentina, e por mais que este valor seja concedido por uma empresa privada, a dissociação da imagem nacional da empresa é difícil de realizar, o que traria uma bela moeda de troca para concessões argentinas em outras áreas, como o cerco argentino aos importados brasileiros (TRAVASSOS e SCHAPPO, 2013).

Desde a suspensão do projeto as ações da empresa têm sido concentradas nas negociações com o governo local, permeada por ordens de Justiça. Aparentemente, a empresa, no decorrer da trama que envolvia as supostas irregularidades, vinha negociando o que viria a ser na verdade um acordo com as autoridades argentinas para o desligamento dos 6000 trabalhadores atrelados ao projeto. A empresa concordou em pagar 2,5 vezes o salário mensal de cada funcionário, por 5 meses, como compensação. Por sua vez, a resposta dos acionistas à notícia trouxe um aumento diário de 1,4% na cotação da empresa.

Tais acontecimentos contribuíram para aumentar as insatisfações. Segue abaixo um esquema que vislumbra os desafios que a Vale S.A. teve com o projeto (ver figura 8):

²³ A *balança comercial* resulta da agregação da balança de bens e de serviços, ambas componentes da balança corrente. A balança comercial registra, portanto, as importações e as exportações de bens e serviços entre os países.

O DESAFIO DA VALE NA ARGENTINA

Estatal ganha apoio do governo brasileiro para manter o projeto



Figura 8 - “O desafio da Vale S.A. na Argentina”. Fonte: <http://www.vale.com>

Para piorar, o encontro entre a presidente Dilma e a presidente argentina Christina Kirchner no dia 25 de abril de 2013 surtiu como um “banho de água fria” para as negociações, pois, segundo Marco Aurélio Garcia, assessor de assuntos internacionais da Argentina, o timing do anúncio com a reunião das duas representantes de Estado foi absurdo (TRAVASSOS e SCHAPPO, 2013).

Em entrevista televisiva concedida no dia 13 de março de 2013, o ministro de Planejamento da Argentina, Julio de Vido, explicou que, segundo o que foi proposto no projeto original, a concessão de mineração concedido à Vale era para explorar e produzir potássio em Mendoza e transportá-lo pelas províncias de Neuquén, de Rio Negro e de Buenos Aires até o Porto de Bahia Blanca, e fazer obras que eram de sua responsabilidade. No entanto, devido alguns descumprimentos de contrato, a empresa poderia perder a concessão para explorar o mineral, o que mais tarde veio a se concretizar; tal insatisfação, que repercute negativamente tanto para a Vale quanto para o Brasil, tornou-se evidente com os argumentos declarados do ministro ao Jornal *IDifusora* – 14/03/2013:

A empresa violentou a seguridade jurídica e as leis da Argentina e de Mendoza [província argentina em que a Vale tem contrato para exploração de potássio], em particular, e se não explorarem [o mineral] vão perder a concessão. A segurança jurídica dos investimentos é uma via de duas mãos,

em que o Estado deve respeitar, mas também as empresas que investem (*Jornal IDifusora*, 14/03/2013 – Acesso em: 05/10/2015).²⁴

Em resposta a mineradora negou as acusações do governo da província argentina de que estaria descumprindo normas locais no projeto de exploração de potássio Rio Colorado. Em comunicado a empresa disse: "A empresa opera sempre em cumprimento das normas legais em vigor e, em particular, as normas de mineração". O governo de Mendoza passou a intimar a Vale a apresentar o plano de investimento do projeto, como forma de esclarecimento; após tal intimação, que elucida o descontentamento por parte da Argentina, a empresa explica, em novo comunicado, que realizou investimentos em infraestrutura e equipamentos amplamente superiores ao montante mínimo exigido pelo Código de Mineração de Mendoza²⁵.

Tais argumentos não foram convincentes, propiciando o despertar de mais inquietações do governo da província e, por conseguinte, da Argentina, como mostra matéria do *Jornal Economia* (16/04/2011):

Em 2009, o projeto foi estimado em US\$ 4,5 bilhões. No entanto, fonte da Vale disse que, devido à inflação e a ajustes das projeções, esse valor foi atualizado para US\$ 5,5 bilhões. Sem mencionar valores, a nota da Vale fez referências à ampliação ao dizer que "está projetado continuar fazendo (os desembolsos comprometidos) e inclusive aumentar significativamente os investimentos destinados a este projeto". O valor exato do investimento deve constar do documento que a companhia prepara para responder à intimação das autoridades. Serão feitas "todas as apresentações legais que forem necessárias e, é assim que, em tempo e forma será apresentado ao governo da Província de Mendoza o Plano de Investimentos para os próximos anos", informou. A companhia também terá de esclarecer questionamentos sobre a contratação de mão de obra e fornecedores da Província (*Jornal Economia* (16/04/2011) – Acesso: 05/10/2015).

Após interrupção da concessão, a Vale S.A. busca como alternativa vender a mina de potássio. Diversas empresas concorrentes nesta atividade veem a saída da Vale deste projeto como uma grande oportunidade. A *Verde Potash*²⁶, que desenvolve um projeto de exploração de potássio no valor de US\$2,3 bilhões em Minas Gerais, cuja produção deve chegar a 3 milhões de toneladas neste ano, seria uma das concorrentes interessadas em assumir o empreendimento de Mendoza (TRAVASSOS e SCHAPPO, 2013).

²⁴ Acessar matéria completa em: <http://www.idifusora.com.br/2013/03/14/argentina-ameaca-cortar-concessao-a-vale/> (acesso em 19/04/2015).

²⁵ Acessar: <http://economia.ig.com.br/vale-nega-irregularidades-em-operacao-de-potassio-na-argentina/n1300079417073.html> (acesso em 20/04/2015).

²⁶ Acessar site oficial em: <http://www.verdepotash.com/>.

O governo brasileiro ainda busca maneiras de contornar a situação, pois, ao que tudo indica o projeto continua produtivo economicamente para o Brasil (à demanda por fertilizantes, como já mencionado) e para a Argentina (se tais irregularidades não tivessem acontecido), e interessaria o estreitamento de parcerias entre ambos, mas da lógica da acumulação privada, para a Vale, o projeto parece ter se tornado financeiramente inviável, como explanado anteriormente.

2. PETROBRAS E A AQUISIÇÃO DA PEREZ COMPAC

Após a Segunda Guerra Mundial iniciou-se no Brasil um intenso debate sobre a melhor maneira de explorar o petróleo no país. Um dos assuntos mais marcantes na história do Brasil nas décadas de 1940 a 1960 foi justamente a racionalização e a busca pela eficiência na extração desse combustível fóssil, envolvendo diversos aspectos polêmicos, tais como: a soberania nacional, a importância dos recursos minerais estratégicos, a política de industrialização e os limites de atuação das empresas multinacionais no país. O debate foi constituído pela oposição entre dois grupos, um que defendia a abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, nacional e estrangeira, e outro, que desejava o monopólio estatal do petróleo (FIGUEIREDO, 2009).

Por fim, em 3 de outubro de 1953, a empresa (Petrobras) foi instituída pela Lei nº 2004, sancionada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas. A lei dispunha sobre a política nacional do petróleo, definindo as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), estabelecendo o monopólio estatal do produto e a criação da Petrobras. As operações de exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao setor, gás natural e derivados, foram conduzidas pela Petrobras de 1954 a 1997, período em que a empresa tornou-se líder no país; suas atividades iniciais contaram com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (FIGUEIREDO, 2009).

Já a empresa Argentina, Perez Compac, antes da aquisição pela Petrobras, era uma holding que controlava a Pecom Energia S. A., a qual constituía o centro de um grupo de empresas vinculadas principalmente ao setor energético, controlado pela família Pérez Compac e pela Fundação Perez Compac. A empresa, que foi fundada em 1946, possuía ramificações entre setores de petróleo, gás, energia elétrica, produção e refino de petroquímicos, telecomunicações, agribusiness e setor financeiro (SCHUTTE, 2004).

Antes da aquisição, os ativos da Pecom Energia eram extremamente diversificados, com concentração na Argentina (63%) seguida da Venezuela (21%) (Perez Companc, 2000). Em 2002, com a crise na Argentina, suas empresas sofreram desvalorização em função da desvalorização cambial, aumentando, por conseguinte, a carga de endividamento (PEREZ COMPANC, 2000).

Em meio à crise no país, a Perez Companc abdicou de seu setor de energia elétrica, em que as dívidas eram em dólar e as tarifas eram controladas em peso pelo governo argentino para, em outubro de 2002, firmar acordo com a Petrobras (RIBEIRO & JUNIOR, 2007). O esquema abaixo exhibe como se deu a presença da Petrobras após a aquisição (ver figura 9):

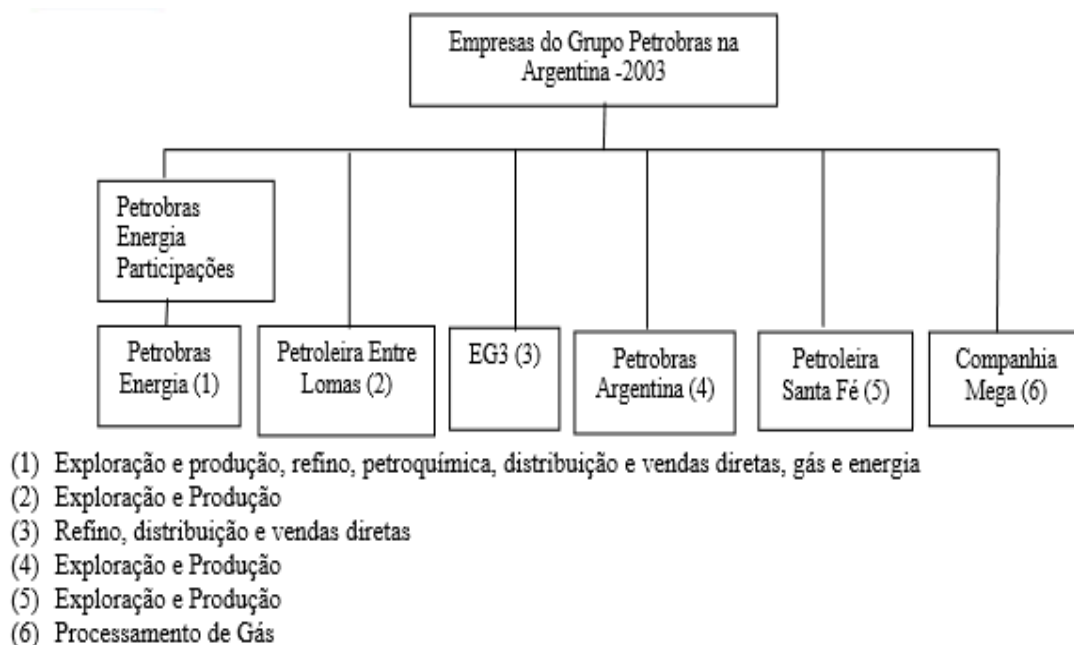


Figura 9 – “Presença da Petrobras”. Fonte: CARRINHO, 2004, p. 152

A empresa brasileira comprou 58,6% do capital total da Perez Companc por US\$ 1,03 bilhões, sendo o pagamento em US\$ 689.184.000 à vista e US\$ 338.416.000 em notas emitidas pela *Petrobras International Finance Company*, subsidiária integral da Petrobras, com juros anuais de 4,75% e vencimento final em 2007 (Relatório Anual, 2002). Além disso, a petrolífera brasileira adquiriu participação das ações da Perez Companc amparada pelo suporte de bancos estadunidenses, resultando em um expressivo crescimento, como mostra Ribeiro & Junior (2007, p. 8):

A Petrobras também adquiriu mediante o pagamento à vista de US\$ 49.752.178 uma participação de 39,67% das ações da Perez Companc, que junto com os 19,2% de propriedade da Pecom Energia S.A. garantem o controle acionário também dessa subsidiária (Relatório Anual, 2002). As

negociações da aquisição da empresa duraram cerca de seis meses e a Petrobras contou com a consultoria do banco Goldman Sachs e dos escritórios de advocacia Clifford Chance, dos Estados Unidos, e Grandona e Martinez de Hoz, da Argentina. A Perez Companc, entre 1996 e 2000, apresentou crescimento regular de vendas e balanço positivo. Até 2001, os executivos da empresa projetavam dobrar o seu faturamento e avanços internacionais, principalmente no Brasil (RIBEIRO & JUNIOR, 2007, p. 8).

No entanto, como a crise persistia, abriu-se espaço para a aquisição total da empresa argentina. O braço do grupo que foi adquirido pela Petrobras acumulava dívidas de US\$ 1,997 bilhão em 2002. Ao anunciar o acordo, o presidente da Petrobras na época, Francisco Gros, afirmou em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo* (17/10/2002), que a estatal não assumiria a dívida da Pecom e, coincidindo com nossa hipótese de trabalho, afirmou ser a Argentina um caso relevante para o crescimento da empresa e, não menos importante, da economia brasileira:

Mesmo em crise, a Pecom mantém um fluxo de caixa de US\$ 550 milhões, que lhe permite auto-financiar a dívida - gerar recursos para pagá-la sem que a Petrobras precise fazer desembolsos. [...] Acreditamos que, para uma empresa brasileira como a nossa, que quer crescer internacionalmente, a Argentina tem que ser o primeiro passo, principalmente em um momento de crise e de oportunidades como essa. As duas empresas vão somar vendas de US\$ 23 bilhões (R\$ 66,75 bi), com um bilhão de barris acrescentados às atuais reservas de 10,6 bilhões e à uma cadeia de postos de gasolina na Argentina. Os interesses da Perez na Venezuela, no Peru, na Bolívia e no Equador, assim como no Brasil, vão passar também a ser controlados pela Petrobras (Jornal Folha de São Paulo – 17/10/2002 – Acesso em: 12/10/2015).

O aumento do portfólio da Petrobras com aquisição do grupo Perez Companc e de outras empresas no mercado argentino, contribuíram, por conseguinte, para o crescimento dos recursos e aumento da complexidade organizacional da Petrobras na Argentina.

3. CAMARGO CORRÊA E A AQUISIÇÃO DA LOMA NEGRA

O grupo Camargo Corrêa atua nos setores de engenharia, construção, siderurgia, gestão ambiental, indústria de calçados esportivos e indústria têxtil, além de oferecer concessões de serviços nas áreas de energia e transporte. Porém, a empresa se destaca com expressividade na produção de cimento, desenvolvendo o chamado “cimento Cauê”, uma das marcas mais fortes do Brasil, presente desde 2005 na Argentina.

Segundo site oficial²⁷ da empresa, o Grupo Camargo Corrêa, que passou de pequena empresa de construção – Camargo, Corrêa & Companhia Limitada – para uma

²⁷ Disponível em: www.camargocorrea.com.br/ (acesso em: 12/10/2015).

das marcas corporativas mais conhecidas nos mercados em que atua, é hoje uma das maiores organizações empresariais privadas do Brasil. Administrado pela holding Camargo Corrêa S.A., de capital fechado e controle familiar, o Grupo é integrado por aproximadamente 58 mil funcionários, tem operações em 20 Estados brasileiros e está presente em 21 países (site oficial).

Uma de suas mais expressivas aquisições foi a compra do controle societário das sociedades Loma Negra C.I.A.S.A e Holdtotal S.A, na Argentina, na qual se insere a operação (operação aprovada pelo CNDC1, em 12/10/2005). Todo investimento realizado pela companhia argentina na década de 1990 é sucumbido pela crise cambial de 2002, fazendo disparar sua dívida junto à conotação da moeda americana. Estrategicamente, a cimenteira brasileira Camargo Correa comprou a argentina Loma Negra por 1,025 milhões de dólares (783,8 milhões de euros), em dinheiro e compra de dívida, na maior aquisição estrangeira desde 2002; a companhia brasileira encontrou no país vizinho uma empresa com forte tradição, líder no mercado local, com presença internacional e imagem de confiabilidade (RANGEL, SILVEIRA & TAKATA, 2007).

Além da marca Loma Negra em si, a aquisição possibilitou o fornecimento à Camargo Corrêa Cimentos de importantes ativos pertencentes à empresa Argentina, com uma participação na Cimentos Del Plata, do Uruguai, o controle da empresa de gestão de resíduos Recycomb e a concessão para a ferrovia Ferrosur Roca, com mais de 3 mil quilômetros de extensão. Tal processo de internacionalização, promovido pela cimenteira brasileira, deve ser entendido, segundo Rangel, Silveira & Takata (2007, p. 6), como:

A prática contínua de qualquer operação internacional por uma empresa, seja pela via da exportação, seja por formas mais sofisticadas de inserção externa, como o estabelecimento de alianças estratégicas com parceiros no exterior, as várias formas de associação entre empresas, a aquisição de empresas em outros países e a instalação de subsidiárias para produção local (RANGEL, SILVEIRA & TAKATA, 2007, p. 6).

Tratada com o sigilo próprio dos grandes negócios, a operação foi batizada internamente de “Gabi” – em homenagem à tenista Argentina Gabriela Sabatini. Nesse período, a Camargo Corrêa preparou uma publicação para tranquilizar empregados, executivos e clientes da Loma Negra, investindo num trabalho social que estabeleceu esclarecimentos da cimenteira e evitou que as tensões naturais da fusão afetassem o desempenho da empresa recém-comprada.

Pode-se concluir, portanto, que a Camargo Corrêa Cimentos deu continuidade a sua estratégia de internacionalização através da aquisição de uma concorrente (fortíssima) na Argentina. Desta forma, [...] “ela precisou despender de elevadas exigências financeiras e humanas, assimilação da cultura dos argentinos e o risco de um alto volume investido”, pois, a Camargo Corrêa Cimentos estava em busca de uma vantagem específica e esta vantagem era todo o ativo pertencente a Loma Negra (RANGEL, SILVEIRA & TAKATA, 2007, p. 13).

A empresa optou pelo investimento direto, que é uma opção de custo inicial mais elevado e, conseqüentemente, com riscos cambiais; mesmo assim, o empreendimento obteve grande êxito. E, ainda segundo os autores:

O caso [do empreendimento] da Camargo Correa Cimentos adquiriu além da Loma Negra, também aprendizado de como realizar a Internacionalização de uma empresa, os controles de custos, a coordenação das atividades, os custos de flexibilidade e reversibilidade dos investimentos anteriores da Loma Negra, e tudo isto a deixou mais experiente para outras internacionalizações (RANGEL, SILVEIRA & TAKATA, 2007, p. 13).

Tendo em vista a lógica da acumulação privada e, sobretudo, a análise dos fatos ocorridos durante a aquisição da Loma Negra da Argentina pela Camargo Corrêa Cimentos do Brasil, podemos afirmar que foi bem-sucedido o processo de compra das empresas, pois, além de ocorrer uma correlação do fato com as teorias econômicas (investimento direto), corrobora com as ambições do governo brasileiro de alçar sua economia na América Latina. Porém, é importante enfatizar a difícil tarefa do governo em disseminar políticas amistosas e “varrer” toda ideia simplória de exploração, que culminou na acusação (a nosso ver exagerada) de país imperialista (ou subimperialista) ao Brasil.

4. VOTORANTIM E A AQUISIÇÃO DA CEMENTOS AVELLANEDA

Atualmente o grupo Votorantim, uma das empresas brasileiras mais internacionalizadas, atua em diversos segmentos, dentre eles: industrial, financeiro e novos negócios. A Votorantim Cimentos, filial inserida neste grande grupo, atua nas operações de concreto, agregados e produtos complementares, com destaque para a produção de cimento. Existem diversas outras operações como: alumínio, zinco e níquel (Votorantim Metais); zinco, cobre e prata (Mineradora Milpo); aços longos (Votorantim Siderurgia); celulose (Fibria); autogeração de energia elétrica (Votorantim Energia) e suco concentrado de laranja (Citrovita) (COLANTUONO & PINHO, 2012).

De fato, o consumo de cimento tem apresentado uma expansão bem intensa para um produto que é exemplo de mercado maduro e cujas principais aplicações já haviam se desenvolvido no final do século XIX (PINHO, 2008).

Nos anos 2000, o consumo de cimento intensificou-se com taxa média de crescimento de 7,0% ao ano. O desempenho da China, principal país responsável pelo aumento da demanda mundial, tem afetado de forma considerável os resultados da indústria de cimento; um exemplo disso ocorreu em 2009, ano em que 54% de todo o cimento fabricado no mundo foi demandado pelo mercado chinês e a contribuição do país para a elevação do consumo mundial entre 2000 e 2009, cerca de 76%. Entre os demais países que também contribuíram para o aumento do consumo, nesse mesmo período, destaca-se a Índia, com 6,4% (COLANTUONO & PINHO, 2012).

Segundo site oficial²⁸, a história da Votorantim Cimentos começou em 1936 com o início das operações da Fábrica de Cimento Santa Helena, na cidade de Votorantim, no estado de São Paulo e, atualmente, é a sexta maior produtora de cimento do mundo ocidental e é líder no mercado brasileiro, com cerca de 40% de participação. Em 2011, ano em que o lucro líquido foi de R\$1,3 bilhão, a receita da Votorantim Industrial (VID) foi de R\$ 23,7 bilhões, sendo o segmento de cimentos responsável por 38% desse montante; metais, 38%; siderurgia, 13%; celulose, 7%. Atualmente, a empresa atua em 21 países do globo (ver figura 10):

²⁸ Acessar: www.votorantim.com.br/ (acesso em: 16/10/2015).

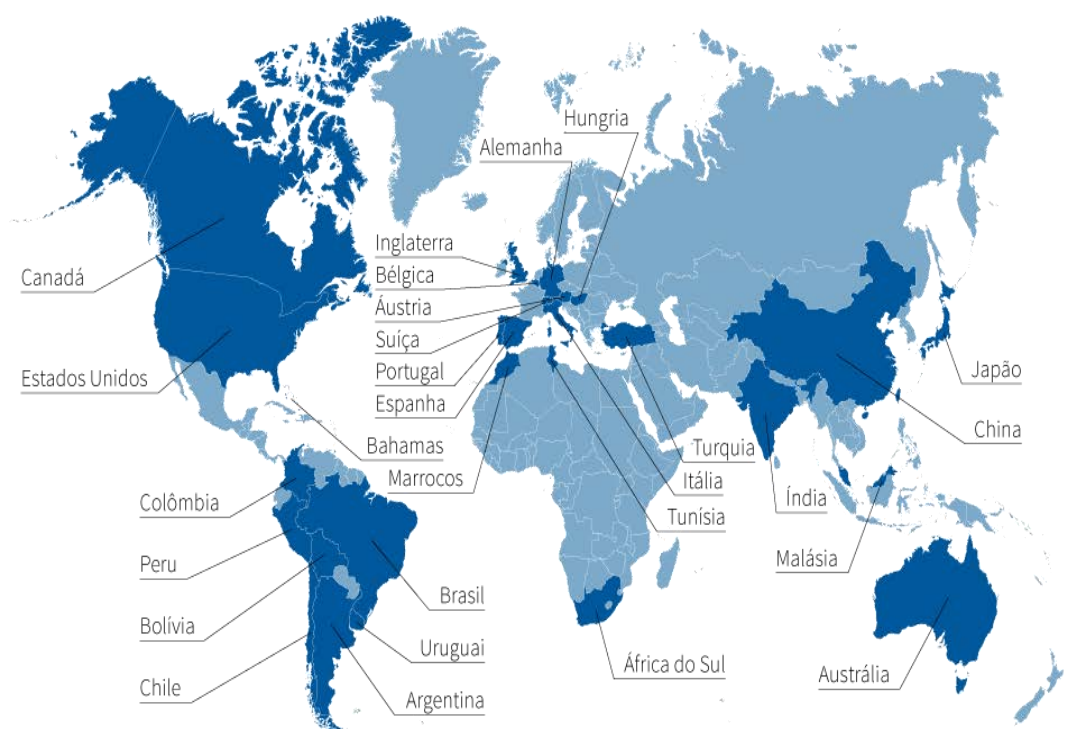


Figura 10 – “Presença da Votorantim no globo”. Fonte: <http://www.institutovotorantim.org.br/>

O grupo foi que apresentou maior crescimento no índice de internacionalização de 2007 para 2009 (88,2%), apostando na América Latina como território estratégico. Ao adquirir, em 2009, a Aracruz Celulose²⁹, empresa que ocupava o 7º lugar no Ranking das Transnacionais Brasileiras no ano anterior, inicia sua empreitada internacional, com índice de internacionalização de 0,302 e apresentando 87,7% de suas vendas no exterior (FDC)³⁰.

A aquisição da cimenteira argentina Avellaneda (e a participação na Minus Investidora), em 2009, girou em torno de 135 milhões. O objetivo da Votorantim era acirrar a competição com sua principal rival, a Camargo Corrêa, que em 2005 adquiriu

²⁹ O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Safra, Lorentzen e Votorantim, com participação acionária de 28% cada e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com participação de 12,5%. As ações preferenciais da Aracruz (56% do capital) são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), Madri (Latibex) e Nova York (NYSE). É a única empresa do setor florestal no mundo a estar na lista de empresas do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) 2007/2008, da Bolsa de Valores de Nova York, que destaca as melhores práticas em sustentabilidade corporativa no mundo. Acessar: www.fibria.com.br/ (acesso em: 16/10/2015).

³⁰ Acessar: www.fdc.org.br/ (acesso em: 16/10/2015).

por UR\$ 1,25 bilhão a Loma Negra, maior fabricante de cimento na Argentina; a Cimentos Avellaneda possui duas unidades e teve um faturamento de 145 milhões em 2008 com lucratividade de 38 milhões, características que contribuíram no despertar de um maior interesse por parte da empresa brasileira.

Normalmente, cimenteiras com maior poder econômico, como é o caso mencionado da empresa brasileira Votorantim, adquirem outras empresas do ramo próximas de sua sede, de maneira estratégica, como mostra Colantuono & Pinho (2012, p. 17):

É comum cimenteiras adquirirem concreteiras em países próximos a sua área de atuação para, dessa maneira, adentrar o mercado externo com o fornecimento de cimento a suas centrais de concreto. A instalação de unidades de moagem de cimento em outros países se constitui em outra forma de inserção, pois se pode exportar o clínquer do país sede para o país hospedeiro, em regra, limítrofe (COLANTUONO & PINHO, 2012, p.17)

Desse modo, uma empresa, neste caso às do setor de cimento, pode simultaneamente obter ganhos de escala, conquistar mercados novos e, principalmente, aprimorar conhecimentos sobre operações no exterior, corroborando para internacionalizações completas da produção.

Enfim, conclui-se que o caso de Mendoza, em que a empresa Vale S.A. explorava potássio e, posteriormente, foi suspensa por estar permeada por irregularidades, ilustra as duas lógicas de Harvey (2004). Já as aquisições discutidas elucidam o processo expansionista e a dificultosa tarefa que o Brasil vem demonstrando em disseminar entre seus vizinhos políticas amistosas de cooperação/complementaridade, especialmente com a Argentina, pois, contraditoriamente, tais movimentos expansionistas vêm sendo apreendidos pelas nações receptoras de tais investimentos como incongruente ao discurso da integração e cooperação regional, importante à liderança/hegemonia brasileira na região.

CONCLUSÃO

Acreditamos que o desenvolvimentismo internacionalizado do Brasil deveria estar mais bem orientado por um plano estratégico de desenvolvimento regional, o que tentamos defender ao longo do presente trabalho à luz da bibliografia a respeito do tema *integração regional e expansionismo econômico*, dois movimentos complementares e contraditórios (HARVEY, 2004) a ser mediado pelo Estado brasileiro. Entretanto, defendemos que o Brasil pode (e deve) consolidar/expandir seu poder regional, com

reflexos positivos regional e mundialmente, embora acreditando que, nos limites do padrão de acumulação atual, dificilmente se vá muito além da relevância regional.

O foco de nosso estudo foi a relação *Brasil-Argentina*, em que a Argentina passou a protestar com relação aos benefícios obtidos dentro do bloco MERCOSUL e, expressivamente, pelo expansionismo de empresas brasileiras em seu território, deliberando desconfianças por parte do governo argentino. A política externa dos Governos Lula e a crescente onda de internacionalização das empresas brasileiras (expansionismo brasileiro) levaram alguns autores como Virginia Fontes (2010), Raul Zibechi (2012) e Mathias Luce (2007) a afirmar que o Estado brasileiro teria passado a exercer um papel imperialista ou “subimperialista”, a nosso ver não razões suficientes para tal afirmação.

A economia brasileira não está suficientemente monopolizada, sendo demasiadamente complicada a menção de país imperialista (ou subimperialista) ao Brasil, sobretudo na ausência de capital financeiro e poder militar.

Por sua vez, o Brasil não tem como se colocar como alternativa ao avanço chinês na América do Sul senão pela defesa da integração-cooperação, em especial a maior articulação-associação com a Argentina, parece-nos favorecer inclusive o poder de negociação com a China, jogando com disputas de interesses entre a tríade (EUA, Europa e Japão) e o gigante asiático.

Por isso, nos governos PT, o Estado brasileiro buscou se aproximar dos Estados dependentes e assumiu posturas que geraram conflitos pontuais com o imperialismo, o que garantiu maior margem de manobra na estrutura de poder internacional. O neodesenvolvimentismo, plataforma política dos governos Lula, se caracteriza, grosso modo, pelo crescimento econômico impulsionado pelo Estado através do financiamento às empresas e grupos nacionais que se internacionalizaram, da proteção ao mercado interno e da conquista de novos mercados. A plataforma neodesenvolvimentista diverge, em muitos aspectos, do neoliberalismo ortodoxo. A política externa foi um dos aspectos mais evidentes desta diferença. Isso explica porque ela foi objeto de disputa entre os setores que defendem o retorno do neoliberalismo ortodoxo e os setores que apoiavam o neodesenvolvimentismo.

É importante ressaltar também que a posição do Estado brasileiro no cenário internacional contribuiu para que o Estado brasileiro desempenhasse um papel importante na América do Sul, em especial, na manutenção e fortalecimento dos

governos progressistas e no impulso à criação de processos de integração política como a Unasul e a Celac.

Neste sentido nos colocamos no campo do *deve ser*, quando a *realpolitik* não aconselha entusiasmo com a capacidade de liderança do Brasil sobre um processo de integração que efetivamente promova desenvolvimento regional abrindo mão para tanto dos interesses econômicos imediatos, o que não se significa que não se deva tentar aproveitar a demanda asiática por commodities visando avançar nesta direção.

Por fim, apostamos arriscadamente, que o Brasil deve orientar sim seu expansionismo a partir da internacionalização de suas empresas privadas para países vizinhos, mesmo sobre acusações imperialistas (que a nosso ver é equivocada e um tanto quanto exagerada); porém, sob o estímulo de políticas diplomáticas que disseminem a solidariedade e a complementaridade, colocando ênfase na integração/cooperação e extinguindo a ideia unitária de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. A presença do Brasil na América do Sul: integração regional e política externa brasileira em debate. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299684839_ARQUIVO_Ap resencadoBrasilnaAmericadoSul-integracaoregionalepoliticaexternabrasileiraemdebate-ANPUHSP.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299684839_ARQUIVO_Ap%20resencadoBrasilnaAmericadoSul-integracaoregionalepoliticaexternabrasileiraemdebate-ANPUHSP.pdf) (acesso em: 25/10/2015).
- ALVES, Rodrigo Maschion. “O investimento externo direto brasileiro: a América do Sul enquanto destino estratégico”. Meridiano 47 vol. 12, n. 127, set.-out. 2011 [p. 25 a 35].
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia interna e a política nos governos Lula*. Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Mesa Redonda: Classes sociais e capitalismo neoliberal. 2012.
- BERRINGER, Tatiana & BOITO, Armando. *Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa*. Mimeo, 2012.
- BERRINGER, Tatiana. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. Tese de Doutorado – UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Pós-graduação em Ciência Política, 2014.

- Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Tese-Tatiana-Berringer-2014.pdf> (Acesso em: 12/09/2014).
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (2012). A Ásia do sucesso à crise de 1997. *Jornal Valor Econômico*, 07/02/2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/impreso/opiniao/asia-do-sucesso-crise-de-1997> (acesso em: 20/09/2015).
- BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Os projetos de infraestrutura apoiados pelo Brasil na América do Sul. 2011. In: http://www.fiesp.com.br/irs/coscex/pdf/transparencias_reuniao_coscex_09_08_1_1_-_ministro_joao_mendes.pdf (acesso em: 20/09/2014).
- CARRION, M. C. & PAIM, E. S. IIRSA: Desvendando interesses. Porto Alegre: Amigos da Terra, fevereiro de 2006. In: www.natbrasil.org. Acesso em: 15/09/2015.
- CATERMOL, Fabrício; LAUTENSCHLAGER, Alexandre. O crédito oficial à exportação no contexto de crise: experiências internacionais e o BNDES. 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev34_1.pdf (Acesso em: 30/09/2015).
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Integração da América do Sul depende do Brasil. In: *Mundorama*, 2008. Disponível em: <http://mundorama.net/2008/07/22/integracao-da-america-do-sul-depender-do-brasil-por-amado-luiz-cervo/> (acesso em: 15/09/2015).
- CEPAL. Workshop Cepal: Brasil Como Ator Global - A relação do Brasil com outros países latino- americanos.
- COSTA, W. M. da. Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1992.
- COSTA, W. M. da. Brasil e América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da Integração. In: Oliveira, E. R. (org.). *Segurança & Defesa na América do Sul: da*

- competição à Cooperação. São Paulo: Fundação Memorial da América do Sul, 2008.
- COLANTUONO, A. F. PINHO, M. Internacionalização de Empresas Produtoras de Cimento: Análise da Votorantim Cimentos. III Congresso Latinoamericano de Historia Económica y XXIII Jornadas de Historia Económica Simposio 2: Inversión Directa Extranjera y Empresas Multinacionales en América Latina (1900-2010). 23 al 27 de Octubre de 2012.
- FIORI, J.L. História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FIGUEIREDO, Miriam Beatriz C. (2009) *"Da Memória dos Trabalhadores à Memória da Petrobras: a história de um projeto"*. CPDOC, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2705/CPDOC2009_MiriamBeatrizCollaresFigueiredo.pdf?sequence=1 (Acesso em: 25/08/2015).
- HARVEY, D. Geopolítica do Capitalismo. *In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. (1989). A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.
- HIRST, A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *In: Observatório Político Sul Americano*, n.12, dezembro, IESP/UERJ, 2010, pp. 119.
- HIRT, Carla. A TERRITORIALIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO: UM OLHAR A PARTIR DO BNDES. Boletim 777. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4361> (acesso em: 14/10/2015).
- LUCE, M. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007.
- LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. (Anos de Economia - UNICAMP, 5).

- LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de laços – Os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: Campus, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. *Cuadernos Políticos*, n. 12, México, abr-jun 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/> (acesso em: 10/09/2015).
- MARINI, Ruy Mauro. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978.
- MAZZUCHELLI, Frederico. Capitalismo: tendência e crises (uma reflexão a partir de Marx). Campinas: IE/ UNICAMP, 1983. (Tese de Doutorado) “Presença Global”, Valor Econômico, setembro de 2011.
- PINHO, M. S. Indústria do cimento: Notas Técnicas Setoriais. Uma Agenda de Competitividade para a Indústria Paulista. FIPE/UFSCar: 2008. Disponível em: http://www.ipt.br/atividades/pit/notas/files/NT_Cimento.pdf (acesso em: 10/10/2015).
- RIBEIRO, F. C. F. & JUNIOR, M. M. O. Transferência e Transferência Reversa de Conhecimento em Aquisições Internacionais: O Caso da Aquisição da Perez Companc pela Petrobras na Argentina. III Encontro de estudos em estratégias – São Paulo/SP, Maio de 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2007/2007_3ES734.pdf (acesso em: 10/09/2015).
- RANKING – Fundação Dom Cabral 2012/http://www.fdc.org.br/imprensa/Documents/2013/ranking_multinacionais_brasileiras2013.pdf (acesso em: 12/09/2014).
- RANGEL, F. C. SILVEIRA, M. A. P. TAKATA, E. H. Análise do processo de internacionalização de uma empresa cimenteira brasileira com base em teorias selecionadas. *Revista*. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=643 (acesso em: 10/09/2015).
- SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SOUZA, A. M. Crítica à noção de imperialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, n. 36, 2013, p.143-151.

- SOUZA, Angelita Matos. O expansionismo nos governos Lula e no BNDES. In: *Meridiano 47* vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010.
- SOUZA, Angelita Matos. Expansionismo brasileiro e subimperialismo. In: *Meridiano 47* vol. 13. n. 130, 2012 [pag. 8-13]. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/6817/5489> (acesso em: 12/11/2014).
- SOUZA, Angelita Matos. Desenvolvimento, Expansionismo e Integração Regional. IPEA: Code 2011 – Circuito de debates acadêmicos.
- SOUZA, Angelita Matos. Estado e dependência no Brasil (1889-1930). São Paulo: Annablume, 2001.
- SOUZA, Angelita Matos. Imperialismo e Desenvolvimentos. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Angelita%20Matos%20Souza.pdf> (Acesso em: 13/08/2015).
- SARAIVA, Miriam Gomes. A América do Sul na política externa do governo Lula: ideias e mudanças. IN: FREIXO, Adriano et al.(orgs). *A política externa brasileira na era Lula*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional. 1732 Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, Abril de 2012.
- TRAVASSOS, L. & SCHAPPO, A. “Uma interpretação do caso das operações de mineração de potássio da Vale na Argentina” – Observatório de Relações Internacionais, 2013. Disponível em: <https://onial.wordpress.com/2013/06/18/uma-interpretacao-do-caso-das-operacoes-de-mineracao-de-potassio-da-vale-na-argentina/> (acesso em: 29/07/2015).
- UNASUL. Cosiplan. Agenda de Projetos Prioritários de Integração. 2012. Disponível em: www.unasul.org.br (acesso em: 02/11/2014).
- VALDEZ, Robinson. 2011. A internacionalização do BNDES no governo Lula. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIGEVANI & CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: busca de autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ZIBECHI, Raul. Brasil potencia – en la integracion regional y um nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.